

RAQUEL DARE

**O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO NAS REPORTAGENS DA REVISTA
VEJA DAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.**

VIÇOSA, DEZEMBRO DE 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
CURSO DE GEOGRAFIA

**O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO NAS REPORTAGENS DA REVISTA
VEJA DAS DÉCADAS DE 1990 E 2000.**

Monografia apresentada à disciplina GEO 481 -
Monografia e Seminário - como exigência parcial para
aprovação no curso de Geografia da Universidade
Federal de Viçosa.

Aluna: Raquel Daré

Orientador: Luís Angelo Aracri

VIÇOSA, DEZEMBRO DE 2007.

Raquel Daré

Representações sociais do espaço agrário nos meios de comunicação:
um estudo sobre o rural brasileiro segundo as reportagens da revista veja nas
décadas de 1990 e 2000.

Banca examinadora:

Professor Luís Angelo Aracri
Orientador
Departamento de Artes e Humanidades/UFV

Professor Ulysses da Cunha Baggio
Departamento de Artes e Humanidades/UFV

Professora Neide Maria de Almeida Pinto
Departamento de Extensão Rural/UFV

Viçosa, dezembro de 2007.

A classe roceira e a classe operária

*Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para a situação que está precária
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar a sua área
Sei que na miséria ninguém viveria.
E a produção já aumentada
Quinhentos por cento até na pecuária
Esta grande crise que a pouco surgiu
Maltrata o caboclo ferido em seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro
Morrem brasileiros de fome e de frio
Em nossas mancheesters de ricos imóveis
Milhões de automóveis já se produziu
Enquanto o coitado do pobre operário
Vivendo apertado ganhando um salário
Que sobe depois que tudo subiu.
Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução
Porque o ricaço que vive folgado
Acha que o projeto se for assinado
Estará ferindo a Constituição.
A grande esperança que o povo conduz
Pedir a Jesus pela oração
Prá guiar o pobre por onde ele trilha
E a cada família não faltar o pão
Que ele não deixa o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação
A desigualdade que existe é tamanha
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha
O pobre do pobre vive de tostão.*

(A GRANDE ESPERANÇA – Goiás e Francisco Lázaro)

DEDICATÓRIA

**À minha mãe, LUZIA,
e ao
meu pai, GERALDO.**

Dedico este trabalho a vocês, porque estiveram ao meu lado durante todos os anos da minha graduação, acompanhando toda minha trajetória até aqui, me dando força para realizar todos os meus desejos e coragem para enfrentar as dificuldades.

Mãe, obrigada por me mostrar como amar as pessoas do jeito que elas são.

Pai, obrigada pelos exemplos de humildade e simplicidade.

Estes são, sem dúvida, os maiores ensinamentos que vocês passaram pra mim e que quero levar para a vida toda.

**Ao professor e amigo
CLÁUDIO FRANCISCO SEVERINO.**

Dedico este trabalho a você, porque muito do que você me ensinou foi essencial para a realização deste trabalho.

Cláudio, obrigada por ter me despertado para a luta a favor dos camponeses do Brasil me mostrando um pouco sobre o duelo destes trabalhadores contra a implacável tirania do latifúndio.

Você é um profissional competente e comprometido com uma causa, que me serve de exemplo sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre ter encontrado, Nele, refúgio, amparo e proteção.

À minha família: aos meus pais, Geraldo e Luzia, pela força e pelo zelo; aos meus irmãos, Romulo e Renato, pelo incentivo e pela compreensão; aos meus tios, tias, primos, primas e à minha cunhada, pela torcida e pelas orações.

Aos professores do curso de Geografia, pelos debates, discussões e momentos de aprendizado durante esses cinco anos de graduação.

Ao Cláudio e à Anninha, com quem desenvolvi as primeiras leituras e pesquisas sobre a temática deste trabalho, ainda em 2004. E ao Cláudio, um agradecimento especial pela idéia do tema.

À professora Maria Carmem Aires Gomes, do Departamento de Letras e Artes, pela ajuda preciosa sobre a metodologia adotada neste trabalho. Obrigada pela disponibilidade em me receber na sua sala e pelas indicações de leitura.

Ao Donias, meu primo, pela senha e pelo e-mail de acesso a algumas páginas do site da revista Veja.

Ao professor Ulysses da Cunha Baggio, do Departamento de Artes e Humanidades, e a professora Neide Maria de Almeida Pinto, do Departamento de Economia Doméstica, por aceitarem fazer parte da banca examinadora deste trabalho. Obrigada pelas observações, pelos apontamentos e, sobretudo, pelas palavras de incentivo.

Aos meus amigos, pela cumplicidade, companheirismo e paciência nesta última etapa da minha graduação. AMO VOCÊS!!!

Aos “geoamigos” pelo conhecimento compartilhado durante esses cinco anos de graduação e, sobretudo, neste último semestre juntos em Viçosa.

As meninas da república, pelo carinho, pela amizade e, principalmente, por terem feito deste último semestre da minha graduação um dos melhores que eu já passei aqui em Viçosa. Sandra, Zilda, Lália e Fê vocês foram muito importantes nesta última etapa da minha graduação. Só tenho que agradecer por tudo que vocês fizeram por mim e dizer que tenho um carinho muito grande por vocês. Ah! E tenho que confessar uma coisa: minha monografia NÃO teria ficado melhor se eu não tivesse conhecido vocês. Valeu meninas!!!

Meu agradecimento especial ao professor Luís Angelo Aracri, por ter aceitado me orientar nesta pesquisa. Obrigada pelas idéias, pela dedicação e, principalmente, pela confiança. Você foi fundamental neste trabalho!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como determinadas práticas discursivas contribuem para a elaboração e a difusão de certas formas de representação social do espaço agrário brasileiro, o que a literatura em geografia chama de “ideologias geográficas”. Foram analisadas reportagens da revista *Veja* editadas a partir da década de 1990 que trataram de assuntos relacionados ao espaço agrário brasileiro e que foram matéria de capa na revista. Observa-se que essas práticas discursivas contribuem para a legitimação do processo de modernização da agricultura – que Marx e Engels definiram como a capacidade das classes capitalistas de revolucionar constantemente os meios de produção – e que hoje tem como grande símbolo o agronegócio globalizado. Nesse sentido, as modernas relações de produção capitalistas, cuja base técnica é o modelo mecânico-químico-biológico da “Revolução Verde”, são apresentadas ao público como via única para o desenvolvimento e para a superação do campo tradicional e atrasado, obscurecendo a heterogeneidade das práticas camponesas, que se destinam à reprodução econômica e social das famílias de agricultores. Os conflitos presentes no campo são colocados no centro do debate, deslocando a atenção do leitor das causas estruturantes da questão agrária para os conflitos que delas decorrem, desqualificando os movimentos sociais rurais, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ao destacar a importância de se entender o meio geográfico também como representação social e trazendo para este estudo outras técnicas de pesquisa, como a Análise Crítica do Discurso (ACD), este trabalho propõe a ampliação do diálogo da Geografia com as demais ciências humanas e sociais.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 01: A REVISTA VEJA.....	13
1.1 A Editora Abril.....	13
1.2 A Revista Veja.....	13
CAPITULO 02: INFORMAÇÃO E IDEOLOGIA.....	18
CAPITULO 03: A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA COMO PROJETO DE CLASSE.....	21
3.1 O Conteúdo Ideológico da Modernidade na Agricultura.....	22
CAPÍTULO 04: INDÚSTRIA E AGRICULTURA NO BRASIL: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS.....	25
CAPITULO 05: DISCURSO E ANÁLISE DO DISCURSO.....	29
5.1 Discurso e Práticas Discursiva.....	29
5.2 Análise do Discurso.....	30
5.3 A AD como Prática.....	30
5.4 Análise Crítica do Discurso.....	32
CAPITULO 06: ANÁLISE DAS REPORTAGENS.....	35
6.1 Reportagens Seleccionadas.....	35
6.2 A Análise.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	56

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe analisar a representação do espaço agrário brasileiro presente no discurso difundido pela revista *Veja*. O objetivo é compreender como determinadas práticas discursivas contribuem para a elaboração e a difusão de certas formas de representação social do espaço agrário brasileiro, aquilo que a literatura em geografia chama de “ideologias geográficas”.

Observa-se que essas práticas discursivas contribuem para a legitimação do processo de modernização da agricultura – o que Marx e Engels definiram como a capacidade das classes capitalistas de revolucionar constantemente os meios de produção – e que hoje tem como grande símbolo o agronegócio globalizado.

Nos últimos anos, a mídia, sobretudo a imprensa escrita, tem mostrado uma participação cada vez mais expressiva do agronegócio na economia brasileira, principalmente quando se refere à pauta de exportações do país. O agronegócio e suas *commodities* têm sido apresentados como a expressão máxima da inserção de uma burguesia agroindustrial nacional nos circuitos comerciais globais. A agricultura modernizada aparece como único processo viável de desenvolvimento para o campo e de aumento da competitividade da economia brasileira no mercado internacional. Os índices expressivos de exportação de produtos de origem agropecuária são apresentados para confirmar o suposto sucesso do agronegócio brasileiro, ainda que obscureçam os custos elevados do emprego do modelo mecânico-químico-biológico e a produtividade decrescente.

Na contramão desse “Brasil que dá certo” aparece a figura do camponês sem-terra do MST, sempre ligado a atos de violência e desrespeito à lei. Enquanto isso, o problema da concentração da terra e das formas de exploração do trabalho são pouco debatidos ou mesmo completamente ignorados.

Agindo essencialmente no nível da ideologia, a grande mídia brasileira só mostra o que é de interesse para suas linhas editoriais, para a classe capitalista que a mantém - inclusive sob forma de patrocínio, e a consome, da qual fazem parte também os grandes proprietários de terra do Brasil.

A relevância deste trabalho está justamente na possibilidade de mostrar como um grande veículo da imprensa torna legítimo um discurso hegemônico sobre o espaço agrário brasileiro e o difunde.

Este trabalho também se torna importante, por serem escassos os estudos sobre os diferentes “contextos discursivos” que emergem os temas geográficos, como a imprensa, a literatura, o pensamento político e as pesquisas científicas. Dessa forma, esta pesquisa representa também uma possibilidade de ampliar o campo de estudos sobre representações sociais do espaço na Geografia, desenvolvendo assim uma nova interface entre este campo do conhecimento e as ciências sociais.

A opção pela *Veja* se deu por três motivos principais: em primeiro lugar, por ser uma das principais revistas de informação do Brasil hoje, com grande relevância na formação da opinião pública; em segundo lugar, porque a *Veja* surgiu no final da década de 1960, coincidindo com o desenvolvimento do “projeto modernizador” da agricultura brasileira, o que nos permitiria analisar como esta revista vem acompanhando esse processo; por último, pelas evidências que indicam a *Veja* como um lugar social que produz e dissemina estratégias de legitimação dos interesses da elite agroindustrial brasileira, assim como da classe capitalista em geral. Segundo dados dos Estudos Marplan (2002)¹ o público-alvo da revista *Veja* são as classes A e B, ou seja, um público pertencente às classes média alta e alta, para as quais é interessante a afirmação de uma visão tecnocrata e o reforço de valores hegemônicos da sociedade pelos meios de comunicação.

Para este trabalho selecionamos reportagens da revista *Veja* editadas na década de 1990 e 2000 que trataram de assuntos relacionados ao espaço agrário brasileiro e que foram matéria de capa na revista.

A descrição das matérias das edições selecionadas foi fundamental para construir a representação do espaço agrário brasileiro e dos atores sociais presentes no campo que a revista ajuda a difundir e para compreender como certas idéias alcançam legitimidade e são disseminadas. Para tal, tomamos como base os questionamentos da linha metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD). A ACD é uma modalidade da Análise do Discurso (AD) que, utilizando-se de procedimentos e técnicas de várias tradições, estuda as ações sociais que são colocadas em prática por meio do discurso e que implicam abuso de poder, afirmação do controle social, dominação, desigualdade social, marginalização e exclusão social. (INIGUEZ, 2004). Para fazer a ACD das reportagens selecionadas nos baseamos

¹ Os Estudos Marplan são realizados pela Marplan, uma empresa de pesquisa brasileira, que em 2001 integrou-se a Ipsos, passando a constituir a área especializada em estudos de hábitos de mídia e consumo dessa empresa. O grupo Ipsos foi fundado na França em 1975 e é considerado hoje um dos líderes globais no fornecimento de pesquisas de marketing, propaganda, mídia, satisfação do consumidor e pesquisa de opinião pública e social.

em algumas técnicas e ferramentas sugeridas por Luisa Martín Rojo (2004), como as estratégias de referência e nomeação e as estratégias predicativas.

As estratégias de referência e nomeação estão relacionadas ao sentido conotativo presentes nos nomes utilizados para se referir a uma pessoa ou grupo de pessoas. As estratégias predicativas dizem respeito à atribuição estereotipada e valorativa de traços positivos e negativos, através da imputação de atributos (adjetivos) e de ações (descrição das ações e atribuição de papéis semânticos).

Serviram-nos como fundamento teórico obras como o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels (1847) e autores como Marshall Berman (1986) e Paulo César da Costa Gomes (2003), os quais contribuíram com considerações teóricas pertinentes ao processo de modernização. O trabalho de Jalcione Almeida (1997) também nos serviu como referência quando ela nos fala sobre o conteúdo ideológico da modernidade presente na agricultura.

Autores como Marilena de Souza Chauí (1982), Michael Löwy (1995) e Antônio Carlos Robert Moraes (2002) também foram essenciais para a realização deste trabalho, os quais elucidam a noção de ideologia: Chauí nos mostra como a ideologia representa um instrumento da classe social dominante para manter seus privilégios sobre a classe social explorada; Moraes nos apresenta o conceito de ideologias geográficas, que seria o campo do universo da ideologia trabalhada num sentido político; e Löwy nos apresenta o termo “visão social do mundo”, que seria todos os conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, unificadas por certa perspectiva social, por uma perspectiva de classe.

Os trabalhos de Lupicinio Iñiguez (2004) e Luisa Martín Rojo (2004) sobre a AD e ACD, respectivamente, foram essenciais para esta pesquisa. Iñiguez nos apresenta a AD como um instrumento de investigação e, baseando-se na pesquisas de Rojo, extraímos algumas técnicas e ferramentas de ACD.

No primeiro capítulo deste trabalho tratamos da história da revista *Veja* e da empresa da qual ela faz parte, o Grupo Abril. Neste capítulo, ainda, mostramos a participação da revista *Veja* no debate sobre o espaço agrário brasileiro.

No capítulo dois buscamos mostrar como a informação se apresenta como ideologia e como esta pode representar um instrumento da classe capitalista na defesa de seus interesses. A mídia representa, pois, o meio que essa classe dispõe para difundir suas ideologias e seus interesses, que se dá por meio de um discurso autorizado e legitimado. A informação chega às pessoas já manipulada, ou seja, marcada por preconceitos e interesses.

No capítulo três apresentamos um debate sobre a modernização como um projeto de classe, buscando entender o conteúdo ideológico da modernidade presente na agricultura.

No quarto capítulo deste trabalho abordamos a noção de discurso e de formação discursiva, segundo a perspectiva foucaultiana. O discurso é entendido como algo mais que a fala, que um conjunto de enunciados; o discurso é uma prática. Ainda neste capítulo apresentamos as principais características da AD e da ACD e seus objetivos enquanto instrumentos de investigação.

No capítulo cinco apresentamos os resultados de nossa análise crítica do discurso presente nas reportagens selecionadas. Neste capítulo mostramos como a Veja, por meio de estratégias discursivas, difunde um discurso hegemônico sobre o espaço agrário brasileiro. A agricultura modernizada é representada como algo positivo. Ela estaria tornando a economia brasileira mais competitiva no mercado mundial, o que é sinônimo de riqueza e de desenvolvimento para o país. Por isso, o campo arcaico, tradicional, representado pela figura do sem terra do MST, deve ser superado pelo campo moderno e avançado, representado pelos agricultores empresariais modernos.

Por último apresentamos nossas considerações finais. Aqui destacamos a capacidade do discurso difundido pela revista Veja em gerar representações específicas do espaço agrário brasileiro. O combate entre o rural moderno e o rural tradicional se torna um discurso sobre a realidade, um mito.

CAPÍTULO 01

A REVISTA VEJA

1.1) A Editora Abril

A revista *Veja* pertence ao Grupo Abril, empresa fundada em 1950 por Victor Civita, e que se consolidou ao longo dos anos como um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação da América Latina. Segundo informações disponibilizadas no site do Grupo Abril, a empresa, que começou investindo em publicações infantis, no ano em que completou seus 50 anos de existência já publicava 219 títulos, entre eles sete das dez maiores revistas brasileiras, e chegava a 30 milhões de leitores.

O Grupo consolidou-se com uma grande linha de publicações sobre moda, mulher, carros, turismo. A Abril também inovou trazendo para o Brasil, primeiro, as fotonovelas (1952) e, mais tarde, na década de 1960, os fascículos.

Ao mesmo tempo em que investia na divulgação cultural e entretenimento, o Grupo Abril lançava na década de 1960 duas publicações que seriam marcos no jornalismo brasileiro: *Realidade* e *Veja*. Segundo o Grupo Abril, a revista *Realidade* nasceu em 1966 e trazia reportagens sobre as mudanças que abalavam o país e o mundo e a revista *Veja* foi a primeira revista semanal de informação a circular no Brasil.

Segundo informações colhidas no site da empresa, o Grupo Abril possui hoje um vasto ramo de atuação: revistas, livros escolares, conteúdos e serviços *online*, internet em banda larga, TV segmentada e por assinatura e *database marketing*. As editoras Ática e Scipione pertencem atualmente ao grupo.

1.2) A Revista Veja

A revista *Veja* foi criada em 1968, editada com o título de *Veja e leia*. Após alguns anos a expressão *e leia* desapareceu, ficando apenas *Veja*. Segundo o Grupo Abril, a criação da revista *Veja* marcou uma nova fase do jornalismo brasileiro, aquele de cobertura semanal, que resumia os principais fatos da semana ocorridos no Brasil e no mundo, aprofundando os assuntos que haviam sido tratados pela imprensa diária.

A primeira edição da revista foi às bancas no dia 11 de setembro de 1968 e teve uma tiragem de 695 000 exemplares. Na década de 1990 ela ultrapassou a tiragem de um milhão de exemplares. Seu compromisso desde o início foi o de “ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”, de acordo com Victor Civita na Carta do Editor da primeira edição (Ver anexo 01). Hoje, com já quase quatro décadas de circulação

ininterruptos, a revista possui uma clientela grande. Sua tiragem atualmente gira em torno de 1 250 000 exemplares.

Segundo pesquisa dos Estudos Marplan (2002), o total estimado de leitores da revista gira em torno de cinco milhões por semana, em média, quatro leitores por exemplar. O perfil dos leitores de Veja é bem específico: 68% pertencem às classes A e B; 47% têm entre 20 e 39 anos; 55% possuem nível de escolaridade superior; 80% possuem casa própria e automóvel; 51% possuem TV a cabo e 31% são assinantes há pelo menos cinco anos (Estudos Marplan, 2002).

Veja publica todas as semanas dois suplementos regionais: Veja São Paulo e Veja Rio, e edições regionais, como Veja Nordeste, Veja BH, Veja Fortaleza e Veja Porto Alegre. A revista também tem um projeto educativo, o Veja na Sala de Aula.

Os temas mais presentes na revista são política, economia, negócio, cultura, comportamento, ciência e tecnologia, além de assuntos internacionais. Periodicamente a revista faz edições especiais sobre crianças, jovens, mulheres, homens, tecnologia, ecologia e saúde.



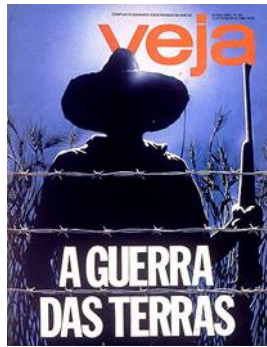
Sua primeira capa trazia como manchete, em plena guerra fria, “O grande duelo no mundo comunista”. Já nesta primeira edição encontramos uma reportagem relacionada ao campo brasileiro. A revista trouxe uma matéria (Anexo 02) em que destacava o crescimento da indústria de fertilizantes no Brasil.

Desde a primeira edição da Veja até a data de conclusão deste trabalho foram editadas 23 revistas, em que as matérias de capa eram de assuntos relacionados ao espaço agrário brasileiro e duas edições especiais sobre esta temática.

As capas destas revistas e as datas em que elas foram publicadas são as seguintes:



16/06/1971



13/02/1980



26/03/1980



06/01/1982



23/05/1984



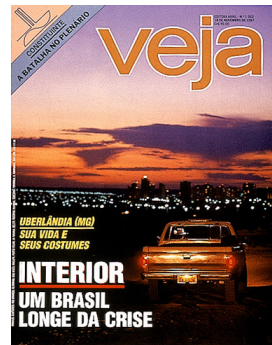
19/06/1985



18/06/1986



18/02/1987



18/11/1987



04/05/1988



15/08/1990



17/05/1995



24/04/1996



16/04/1997



03/06/1998



13/01/1999



19/05/1999



10/05/2000



14/05/2003



18/06/2003



29/10/2003



29/09/2004

Edições especiais²:



Agosto/2004

Não é raro também encontrarmos reportagens menores sobre o rural brasileiro na revista, algumas apareceram até em chamadas de capa.

² Não encontramos disponível no site da revista Veja a capa da edição especial de outubro de 2004, que trazia como matéria “Agronegócio. Retratos de um Brasil que dá lucros”.

CAPITULO 02

INFORMAÇÃO E IDEOLOGIA

Entre os fatores constitutivos da globalização em seu caráter perverso, Santos (2004) aponta a forma como a informação é oferecida à humanidade. Juntamente com a emergência do dinheiro como motor da vida econômica e social, a informação constitui-se numa violência central, alicerce do “sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo”. (SANTOS, 2004, p. 38)

Para Santos (2004) um dos traços marcantes do atual período histórico é o papel verdadeiramente despótico da informação. As novas condições técnicas de informação, ao invés de ampliar o conhecimento das coisas e dos fatos, são utilizadas por vários atores em função de seus objetivos particulares. Assim:

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. (SANTOS, 2004, p.39).

O termo ideologia é entendido aqui no seu sentido marxista. Assim, podemos afirmar que a ideologia representa um instrumento da classe social dominante para manter seus privilégios sobre a classe social explorada, ou seja, ideologia é o processo pelo qual as idéias da classe dominante se tornam idéias de todas as classes sociais, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias) (CHAUÍ, 1982, p. 93-94).

Para Chauí (1982), isso significa que a dominação exercida por uma classe sob as outras faz com que só sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais as idéias da classe dominante. No entanto, para que isso ocorra é preciso que a sociedade não se perceba dividida em classe, mas que seus membros se vejam como tendo certas características humanas comuns a todos e que tornam as diferenças sociais, algo sem muita importância. E para que os membros da sociedade se identifiquem com essas características comuns a todos, é preciso que elas sejam convertidas em idéias comuns a

todos. Por isso, a classe dominante, além de produzir as suas próprias idéias, precisa distribuí-las. A distribuição dessas idéias fica sob controle da própria classe dominante, que usa as instituições sociais para sua implantação, dentre elas os meios de comunicação disponíveis.

Para Moraes (2002) a ideologia presente na imprensa é aquela entendida como discurso com explícita e nítida orientação política. Para esse autor, podemos falar em ideologias geográficas, que seria o campo do universo da ideologia trabalhada num sentido político: “Este campo manifesta no plano das idéias a relação sociedade-espaco, e constitui a via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política” (MORAES, 2002, p.44).

Löwy (1985) prefere utilizar o termo “visão social de mundo”, pois é um termo que se pode referir tanto às ideologias como as utopias. Para ele visão social do mundo seriam todos os conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, unificadas por certa perspectiva social, por uma perspectiva de classe. As visões de mundo seriam ideologias, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo. Para Löwy (1985) as ideologias, as visões de mundo e as utopias correspondem aos interesses, posições, aspirações, tensões das diferentes classes sociais.

Podemos afirmar, então, que são as classes sociais que produzem ideologias e as disseminam por meio das instituições sociais, dentre as quais se insere a mídia. Como os meios de comunicação no Brasil são controlados pela classe capitalista³, a mídia se torna um importante veículo de disseminação das idéias dessa classe.

Através dos recursos lingüísticos⁴ e das estratégias discursivas⁵ que tem à sua disposição a mídia cria uma “representação específica dos acontecimentos”. Ou seja, a partir de determinados aspectos lingüísticos e do processo comunicativo é realizada uma

³ Entende-se aqui por classe capitalista aquela que dispõe de poder econômico, a que Marx definiu como sendo a classe detentora dos meios de produção.

⁴ Por recursos lingüísticos Rojo (2004) compreende o “conjunto de formas lingüísticas, pertencentes a todos os níveis de idioma (sejam sons, morfemas, palavras, construções sintáticas, ou características e estruturas semânticas, processos de inferência, etc.) que os idiomas põem à disposição dos falantes”. (ROJO, 2004, p. 254).

⁵ Por estratégia discursiva Rojo (2004) entende o “plano de ação, mais ou menos intencional, que o falante adota como um objeto discursivo, por exemplo, apresentar um determinado participante, e que reúne um conjunto amplo de recursos lingüísticos (por exemplo, estratégia de designação). Esse conceito não está isento de problemas, embora queira separá-lo completamente da noção de intencionalidade”. (ROJO, 2004, p.252).

construção discursiva dos acontecimentos, das relações sociais e do próprio sujeito (ROJO, 2004).

Para Santos (2004) estamos diante de um novo “encantamento do mundo”, no qual o discurso e a retórica constituem o início e o fim. A informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e um outro, pelo qual ela busca convencer, onde a cara do convencer se torna muito mais presente. Os eventos são falsificados porque o que a mídia nos passa não é o fato em si, mas uma interpretação dele, a notícia. Essa interpretação é marcada pelas visões, preconceitos e interesses da agência. O evento já é entregue maquiado e é por isso também que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos.

CAPÍTULO 03

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA COMO PROJETO DE CLASSE

Ao interpretarmos a modernização capitalista através dos pressupostos de Marx, vemos que a burguesia sujeitou as forças da natureza ao homem e criou um mercado mundial, destruindo tradições e antigas relações sociais.

Para Berman (1986), uma das grandes realizações burguesas foi permitir a capacidade e o esforço humanos para o desenvolvimento, ou seja, para a mudança permanente, para a contínua renovação de todos os modos de vida pessoal e social. Esse esforço está no próprio trabalho e nas necessidades diárias da economia burguesa e, quem estiver ao alcance dessa economia, se vê sob a influência de uma intensa competição. Todos são forçados a inovar e quem deixar de mudar pode tornar-se vítima passiva daqueles que dominam o mercado. Para Berman (1986) isso significa que a burguesia não pode sobreviver sem constantemente revolucionar os meios de produção.

Mas essa pressão em revolucionar a produção tende a extrapolar, impondo transformações nas condições de produção e também em todas as condições e relações sociais, como nos mostram Marx e Engels:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, por tanto todo o conjunto das relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, ao contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A contínua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas. (MARX; ENGELS, 2002, p. 48).

Ao indagar sobre como ficamos nós, os membros da “moderna sociedade burguesa”, Berman (1986) tem uma resposta bem categórica: “Ficamos numa situação estranha e paradoxal. Nossas vidas são controladas por uma classe dominante de interesses bem definidos não só na mudança, mas na crise e no caos.” (BERMAN, 1986, p.94).

Gomes (2003) reconhece três elementos característicos do discurso que apresenta o fato moderno: a ruptura, o novo e a totalidade. O caráter de ruptura é o mecanismo primeiro da substituição do tradicional e do antigo pelo novo. O novo vai se afirmar pela

negação daquilo que existia. A proposta é a da mudança radical, e não a da adaptação ou do ajuste progressivo. Assim, a idéia é sempre propor algo novo. Ao romper e ao propor algo novo o moderno está sempre participando de um sistema global. Não se espera transformar setores específicos, mas a redefinição de toda uma lógica, onde se expressa a pretensão de alcançar a totalidade que o novo procura impor ao tradicional.

Para compreender esta estrutura, Gomes (2003) faz uma analogia do “fato moderno” com a estrutura do mito. Para o autor, a modernidade se renova como um mito sempre que o combate entre o novo e o tradicional se torna um discurso sobre a realidade. Um discurso que reatualiza esse combate, demonstra as rupturas, a superioridade do novo e impõem uma totalidade definitiva e final.

3.1) O Conteúdo Ideológico da Modernidade na Agricultura

Como nos coloca Almeida (1997), no decorrer das décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e na Europa, o desenvolvimento encontra na agricultura um campo receptivo. Em parceria com o Estado, com as indústrias agroalimentares e com uma camada de agricultores “empresariais” a agricultura se insere cada vez mais no sistema econômico. Leis são criadas nesses países, na tentativa de transformar a agricultura, setor ideologicamente considerado “arcaico”, “tradicional”, num setor “moderno”, “avançado”, participando do crescimento econômico nacional.

De acordo com Almeida (1997) difundiu-se a idéia, influenciada por vários economistas de diferentes matizes ideológicas (aos quais ela inclui também os marxistas), de que a agricultura tinha um papel funcional e secundário à indústria, o de fornecer matérias-primas, força de trabalho barata e ser um mercado consumidor de bens industriais. Dessa forma, a industrialização torna-se sinônimo de progresso e modernidade na sociedade industrial. Assim:

Para atingir um estágio urbano de modernidade, parâmetro de desenvolvimento por excelência, a agricultura buscou – e busca – integrar-se ao crescimento econômico geral aumentando a produção e sua produtividade, comprando e vendendo à indústria. Esse processo colocou a agricultura em plano secundário, introduzindo uma série de agentes econômicos que crescentemente passam a ter um papel relevante nas relações mercantis e de produção, particularmente na formação de uma indústria química que produz para a agricultura e que dela recebe e cria uma nova noção de alimentos. Assim, a indústria (química, especialmente) transforma-se, no final deste século, na chave da agricultura, determinando seus processos tecnológicos onde a agricultura é a base natural da produção. (ALMEIDA, 1997, p.39).

Segundo Almeida (1997) o conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa a incorporar, então, quatro grandes elementos ou noções: 1) a *noção de crescimento* (ou fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; 2) a *noção de abertura* técnica, econômica e cultural; 3) a *noção de especialização*, associado ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e 4) o *aparecimento de um novo tipo de agricultor*, que é individualista, competitivo e questiona a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

Almeida (1997) também destaca que a incorporação da agricultura à indústria não significa apenas uma mudança de ordem quantitativa, como comprar, produzir e vender mais, mas também uma transformação radical de suas estruturas de produção e de comercialização e também de sua estrutura social. Por isso, ela prefere usar o termo desenvolvimento para qualificar as mudanças do mundo agrícola e rural, frente à insuficiência do termo crescimento. A noção de desenvolvimento se aplica às mudanças e ao progresso das técnicas.

No final dos anos 50 na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, por meio da promoção e extensão de novas tecnologias são colocadas em funcionamento as novas estruturas do desenvolvimento agrícola e rural que mais tarde serão difundidas para outros países. Baseados nesta visão desenvolvimentista, os planos de desenvolvimento oficiais passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem operar. Aos órgãos públicos de difusão de tecnologias cabe a tarefa de “enquadrar” os agricultores no “modelo” de desenvolvimento de acordo com as normas da modernização.

Trata-se da ampliação de *clientela do desenvolvimento*, aportando novos conhecimentos àqueles que estão em atraso na rota do progresso, ou seja, os “retardatários da modernização”. Nesta visão, o desenvolvimento é um processo considerado *único*, que leva do atrasado ao moderno, tendo portanto uma concepção linear. Este novo “modelo” moderno, “desenvolvimentista”, acampado pelos agricultores empresariais modernos, é o único possível e desejável. (ALMEIDA, 1997, p.40-41).

As formas de produção agrícola são julgadas deste ponto de vista como positivas ou negativas em função dos estágios de desenvolvimento, definidos em relação ao grau de intensificação. Assim, uma unidade produtiva é considerada mais ou menos moderna ou tradicional, mais ou menos atrasada ou moderna, progride mais ou menos rapidamente na

via do desenvolvimento segundo o sistema de produção mais ou menos intensivo que utiliza ou pratica.

Como consequência pode-se perceber a desvalorização de todas as formas de desenvolvimento que não se baseiam no modelo de desenvolvimento dominante, pois são os critérios deste último que servem de critérios de avaliação daqueles. Além disso, a diversidade e diferenciação das formas de produzir são consideradas empecilhos ao desenvolvimento. Dentro deste modelo de agricultura é preciso apoiar as unidades produtivas mais “avançadas”, ajudá-las a reproduzir-se e, ao mesmo tempo, eliminar as mais “atrasadas” que não conseguem mais recuperar o atraso. (ALMEIDA, 1997).

No “discurso da modernidade”, que é um discurso da classe capitalista por excelência, a agricultura camponesa/familiar representa o arcaico, o rudimentar, o atrasado ou o tradicional. Por outro lado, a agricultura industrializada, representa o novo, o moderno, o progresso. Da mesma forma, “(...) a tradição e o antigo estão ligados ao mundo rural e o fenômeno urbano é o evento maior da modernidade”. (GOMES, 2003, p. 62).

CAPÍTULO 04

INDÚSTRIA E AGRICULTURA NO BRASIL: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

A industrialização brasileira constitui um reflexo de práticas de integração do Brasil ao movimento de mundialização da economia, sobretudo o período industrial que compreende as décadas de 1960 e 1970 que se caracteriza como aquele em que se conclui a substituição de importações, seguindo a linha de expansão do aparelho produtivo montado nos anos 50.

Isso foi possível graças ao projeto geopolítico para a modernidade promovido pelo regime autoritário e socialmente excludente dos militares, que se constituía numa estratégia para acelerar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A combinação do projeto geopolítico com o autoritarismo histórico resultou numa modernização conservadora, implicando profundas transformações e contradições que acabaram desestabilizando o regime no início da década de 1980. Segundo Becker e Egler (2003):

O marco do novo projeto foi a intencionalidade do domínio do vetor científico-tecnológico moderno para o controle do tempo e do espaço, entendido pelas Forças Armadas como condição para a constituição do Estado-Nação na nova era mundial, e para a modernização acelerada da sociedade e do espaço nacionais necessária para alcançar o crescimento econômico e projeção internacional. Condição também da consolidação do Estado – sob a tutela das Forças Armadas – entendido como único ator capaz de acelerar a modernização através do planejamento racional (Becker; Egler, 2003, p. 124-125).

Procurando uma modernização acelerada, o Estado, através do regime autoritário militar sustentou níveis elevados de investimento com grandes gastos governamentais e intervenção direta no aparato produtivo da economia, à custa do endividamento com o sistema bancário nacional e internacional. Esse programa para a modernização baseou-se também num projeto territorial fundado no ideário da integração nacional e do Brasil potência. (Becker; Egler, 2003).

De acordo com Becker e Egler (2003) a “modernização autoritária” se apoiou na compressão salarial e na expansão do capital multinacional, nacional e estatal, consolidando a Tríplice Aliança. O Estado ampliou consideravelmente seu papel político e econômico visando superar os problemas e, assim, implementar a modernização acelerada: por um lado, estimulou a competição entre subsidiárias dos oligopólios estrangeiros e destas com as empresas privadas nacionais e, por outro lado, desenvolveu projetos que

exigiam ações conjuntas e interdependentes envolvendo o suprimento de infra-estrutura, matérias-primas e insumos básicos.

No entanto, como nos colocam Becker e Egler (2003), a recuperação da economia que resultou no “milagre brasileiro” teve duas condições fundamentais. A primeira consistiu na compressão salarial e no controle sobre o mercado de trabalho, resultando em baixos níveis salariais e, como consequência, numa maior exploração e num aumento da oferta de trabalho. Em função disso, os trabalhadores estenderam a jornada de trabalho e intensificaram o trabalho familiar. A política social gerou, em grande parte, uma alta rotatividade no emprego, significando o controle do Estado sobre a sociedade com o fim de atingir seus objetivos econômicos.

A outra condição para o “milagre” foi a revigoração da economia, uma vez que o crescimento econômico estava baseado ainda no setor de bens de consumo duráveis já dotado de enorme potencial de acumulação e também dominado por grandes firmas que exerciam considerável pressão política. A expansão da construção civil, o aumento na taxa de investimento industrial e no investimento público também foram fatores que permitiram superar a recessão e realizar o “milagre brasileiro”.

O “aprofundamento” da industrialização não foi, portanto, o eixo do crescimento econômico nos primeiros anos da recuperação, como ressaltam Becker e Egler (2003). Só quando a necessidade do Brasil em petróleo, matérias-primas e máquinas se revelou muito além da capacidade de importar, que o novo governo do Presidente Geisel (1974-1979) estabeleceu um programa com o propósito explícito de mudar o eixo dinâmico da economia dos bens de consumo duráveis para os bens intermediários de produção e bens de capital por substituição de importações. Através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Brasil foi levado a sustentar taxas de investimento excepcionalmente elevadas apesar da crise, o que só possível através de endividamento. Uma das mudanças estruturais foi o deslocamento definitivo do setor exportador como base do crescimento. (Becker; Egler, 2003).

No campo, os resultados da política agrícola da modernização conservadora vão ser representados pela configuração do Complexo Agroindustrial (CAI) brasileiro. Contando com os instrumentos básicos para promover a expansão da grande empresa no campo brasileiro – desenvolvimento do sistema de crédito rural, subsídios diretos à tecnificação e incentivos à exportação – a agricultura encontrou as condições necessárias da acumulação na indústria, articulando diretamente o Complexo Agroindustrial em formação, ao químico e ao metal mecânico já existentes. (Becker; Egler, 2003).

Segundo Muller (1989), nesse processo a produção agrária não se acha apenas na dependência das solicitações do comércio, mas também de várias indústrias que tem na atividade agrária seus mercados. Essa interdependência entre agricultura e indústria implica numa mudança de padrão agrário, o padrão agrário moderno, que se constitui com a forma complexo agroindustrial das relações indústria-agricultura. O impacto disso no campo foi a substituição de importações de parcelas significativas de fertilizantes e defensivos agrícolas.

De fato, o desenvolvimento de uma agricultura industrializada representa um reflexo de práticas de integração do Brasil ao movimento de mundialização da economia. O Brasil passa, assim, a exportar mercadorias símbolo de uma “modernidade econômica”: soja, laranja, cana-de-açúcar e café. (OLIVEIRA, 2003). E a industrialização da agricultura brasileira é também integrante do processo de internacionalização da economia do país através do binômio endividamento/exportação (OLIVEIRA, 1997). Ou seja, o Estado recorria às intuições financeiras internacionais para tomar dinheiro emprestado visando ampliar a produção nacional e as exportações. Neste mecanismo, o pagamento da dívida depende de exportações de mercadorias cujos preços são determinados pelo mercado internacional. E, como os preços tendem a cair com o aumento da oferta, a ampliação da produção para pagamento das dívidas crescentes depende de um novo aumento nas exportações, implicando em novas quedas nos preços internacionais dos produtos exportados.

As relações entre indústria e agricultura passaram por transformações notáveis no Brasil a partir da década de 1960: as agroindústrias cresceram como consumidoras dos produtos da agropecuária, ao mesmo tempo em que se remodelaram; surgiram novas agroindústrias de grande porte, ligadas ao mercado internacional; o caráter artesanal manufatureiro cedeu lugar ao predomínio da forma industrial internacionalizada de produzir, beneficiar e comercializar, cada vez mais consumidora de insumos industriais; os ramos da indústria de transformação que produzem estes insumos passaram por um rápido processo de substituição de importações e/ou expansão. (MÜLLER, 1989).

Entre 1930 e 1960 a agricultura brasileira ficou à margem do processo de industrialização, com mercados e estruturas regionais fortemente alicerçados. Além disso, a agricultura de exportação sofria cortes em função da política cambial (cambio valorizado e controlado). No final da década de 1950 e início da década de 1960, não restava dúvidas de que a economia estava submetida nacionalmente à dinâmica industrial e, por outro lado,

a forma tradicional de produzir no campo revelava seus limites, que não eram superados de todo com o avanço da fronteira. (MÜLLER, 1989).

Müller (2003) revela que a ultrapassagem destes limites se deu de acordo com os interesses da Tríplice Aliança, que eram dominantes nos subsetores industriais que têm na agricultura seus mercados compradores, dos interesses das agroindústrias que se modernizam técnico-economicamente e pressionam a agricultura em termos de fornecimento de matérias primas e dos interesses de médios e grandes produtores do setor agrícola que, em termos de empresas e grupos econômicos, surgem e se multiplicam no processo de integração agricultura-indústria.

CAPITULO 05

DISCURSO E ANÁLISE DO DISCURSO

5.1) Discurso e Práticas Discursiva

Tanto Iñiguez (2004) quanto Rojo (2004) se volta aos trabalhos de Foucault para nos oferecer uma definição e as principais características do discurso. Essa ligação com a obra de Foucault se explica pelo fato de que alguns aspectos da obra deste autor fornecem elementos que dão coerência a AD e permitem entender como a linguagem ganhou importância nas ciências sociais nos últimos anos.

Também recorreremos à Foucault para compreender a noção de discurso. Para Foucault (2002) o discurso é algo mais que a fala, que um conjunto de enunciados; o discurso é uma prática, e assim como qualquer outra prática social é possível definir as condições de sua produção. Além disso, todo discurso tem um contexto de produção, que seria a formação discursiva.

Por formação discursiva Foucault (2002) entende o conjunto de relações que articulam um discurso, cuja propriedade definitiva é a de atuar como regulamentações da ordem do discurso por meio da organização de estratégias, permitindo a colocação em circulação de determinados enunciados em detrimento de outros, para definir ou caracterizar um determinado objeto. Por isso, podemos afirmar que os discursos são práticas sociais.

Dessa forma, Iñiguez (2004) ressalta que a partir de Foucault (1969) não se falou mais tanto em discurso e sim em práticas discursivas, que compreende regras anônimas, espacial e temporalmente delimitadas no tempo, que em uma época concreta e em determinados grupos ou comunidades também concretos, vão definindo as condições que possibilitam qualquer enunciação daquilo que pode ser dito.

Um outro aspecto da obra de Foucault levantado por Iñiguez (2004) diz respeito ao fato de que aquele autor não mais considera os discursos como um conjunto de sinais ou elementos significativos que são a representação de uma realidade, e sim como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Dessa forma, a AD de inspiração foucaultiana também é uma prática, que permite desmascarar e identificar outras práticas discursivas, e também transformá-las.

Sendo assim, podemos concluir que:

(...) os discursos não emanam do interior de sujeitos, nem tampouco são uma inoculação ideológica que determine o pensamento desses mesmos sujeitos. Os discursos articulam o conjunto de condições que permitem as práticas: constituem cenários que passam a facilitar ou a dificultar as possibilidades, que fazem surgir regras e mantêm relações. Definitivamente, as práticas discursivas deixam claro que falar não só é algo mais como também é algo diferente de exteriorizar um pensamento ou descrever uma realidade: falar é fazer algo, é criar aquilo de que se fala, quando se fala. (IÑIGUEZ, 2004, p.94-95).

5.2) Análise do Discurso

Cabe-nos aqui apresentar ao leitor a AD como nosso instrumento de investigação enquanto uma possibilidade de compreender como o espaço agrário brasileiro e os atores sociais presentes no campo são representados no discurso difundido pela revista *Veja*.

Segundo Iñiguez (2004) o papel da linguagem nas ciências sociais só foi reconhecido quando se percebeu que levá-la em consideração poderia ter um grande interesse metodológico para o desenvolvimento da ciência e do pensamento social.

É nesse contexto que surge a AD e as suas várias modalidades. Primeiramente, teve início a aplicação dos conhecimentos sobre a linguagem na investigação de processos sociais e, aos poucos, o que era considerado um método, foi se convertendo em um conjunto de perspectivas que ajudaram a transformar nossa concepção dos próprios processos sociais e da maneira de abordá-los.

Iñiguez (2004) vê a AD como um meio de colocar em prática o papel da linguagem como eixo de compreensão e estudo dos processos sociais. Para esse autor, enquanto o discurso consiste em um conjunto de práticas lingüísticas que mantêm e promovem certas relações sociais, a análise consiste em estudar como essas práticas atuam no presente, mantendo e promovendo essas relações.

5.3) A AD como Prática

Compreender a AD como prática exige, em primeiro lugar, reconhecer que toda prática científica é influenciada pelas condições sociais (contexto social, político e ideológico) em que ocorre. É o que nos mostra Iñiguez (2004) ao destacar que, assim como todo discurso é uma prática, a AD também é, e é uma prática que não só possibilita desmascarar ou identificar outras práticas discursivas, como também abre caminho para a sua transformação.

Como nos coloca Iñiguez (2004) todo enunciado colocado em um discurso por parte de um sujeito é histórico e está historicamente condicionado. Sendo assim, a AD deve considerar, primeiramente, sua análise a partir dessa perspectiva:

“(...) a análise da enunciação nos permite relacionar as estruturas da linguagem com as estruturas sociais. Ou seja, possibilitar a compreensão do social a partir da análise e da interpretação do discurso. [...] Trata-se portanto de conectar teoricamente e de alguma maneira as práticas da AD com o estudo da estrutura social. Esse seria o objetivo principal de uma AD como prática analítica pertinente socialmente. Nesse sentido, para fundamentar uma proposta dessa índole, é preciso desenvolver um marco no qual a estrutura social e o discurso fiquem conectados de tal forma que os aspectos discursivos, lingüísticos e de significado se relacionem com os processos de construção e de manutenção da estrutura social. (IÑIGUEZ, 2004, p. 147-148).

Para tal, Iñiguez ressalta a importância de deixar claro tanto a noção de discurso como a noção de estrutura social que se pretende trabalhar. Esse autor entende estrutura social como “regras coletivas que estruturam o comportamento”.

No entanto, Iñiguez (2004) recorre aos trabalhos de Giddens e Fairclough para complementar tal definição. De Giddens, ele aproveita a distinção que este autor faz entre estrutura, sistema e estruturação:

A estrutura se refere às regras e/ou conjuntos de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais. Sistema se refere às relações, reproduzidas entre atores/as ou coletivos, organizadas como práticas sociais regulares. Estruturação se refere às condições que regem a continuidade ou transmutação de estruturas e a reprodução dos sistemas sociais. (IÑIGUEZ, 2004, p. 149).

À obra de Fairclough (1989; 1992) Iñiguez recorre para incorporar o discurso nesse esquema. Ele reconhece a necessidade de se fazer uma distinção entre linguagem e discurso:

O discurso é a linguagem enquanto prática social determinada por estruturas sociais (as regras e/ou conjuntos de relações de transformação organizadas como propriedades dos sistemas sociais). Ao aceitar essa premissa, estamos aceitando também que a estrutura social determina, dessa forma, as condições de produção do discurso. Ora, o discurso está determinado por ordens de discurso socialmente construídas. Por ordens de discurso entendemos os conjuntos de convenções associados às instituições sociais (assim, as ordens de discurso estão

ideologicamente formadas por relações de poder nas instituições sociais e na sociedade como um todo). (IÑIGUEZ, 2004, p. 149)

Considerando a natureza dual da estrutura, podemos afirmar que o discurso afeta as estruturas sociais e, ao mesmo tempo, está determinado por elas. Assim, o discurso contribui tanto para a manutenção como para a mudança social. Assim devemos considerar que:

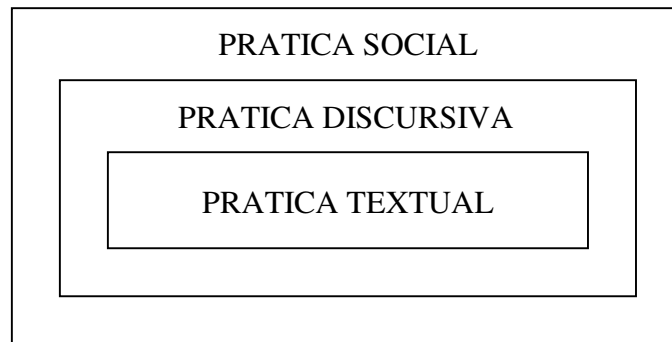
- 1) o discurso é linguagem como prática social determinada por estruturas sociais e isso significa que há uma relação interna e de dualidade entre linguagem e sociedade, que a linguagem é um processo social e que a linguagem é um processo condicionado social e historicamente;
- 2) a ordem macrossocial é, antes de tudo, uma ordem de representação, ou seja, a soma de referências presentes e extraídas de microssituações.

5.4) Análise Crítica do Discurso

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma modalidade da AD que, utilizando-se de procedimentos e técnicas de várias tradições, estuda as ações sociais que são colocadas em prática por meio do discurso e que implicam abuso de poder, afirmação do controle social, dominação, desigualdade social, marginalização e exclusão social. (INIGUEZ, 2004).

De acordo com Rojo (2004), na perspectiva da ACD, os discursos e a tarefa de quem analisam esses discursos são considerados situados socialmente, ou seja, discurso e análise são considerados práticas sociais (retomamos aqui a idéia de discurso foucaultiana). Assim, a ACD se diferencia das outras correntes da AD “sobretudo pela maneira como concebe a tarefa do analista e por levar em consideração as implicações da própria análise” (ROJO, 2004, p. 212).

De acordo com Rojo (2004) a ACD adota a visão tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2001), esquematizada no quadro a seguir:



Fonte: Fairclough (1992), apud Rojo (2004).

A dimensão do *discurso como prática textual* consiste no “estudo da organização da informação, da coerência e da coesão textuais”. Como prática pressupõe a existência de um agente que, além de produzir o texto, adota uma posição (favorável ou desfavorável) com relação àquele que o enuncia.

O *discurso como prática discursiva* explica a relação existente entre o texto e o seu contexto. Qualquer discurso está imerso em uma situação, em um tempo e em um espaço determinados, que é o que nos permite afirmar que o termo discurso se refere também a uma prática discursiva, que por sua vez, permite a realização de outras práticas discursivas como julgar, classificar e informar. No entanto, como bem coloca Rojo (2004):

Embora o discurso se adapte e se submeta à regulação da ação social e aos imperativos de um tempo e de um espaço social determinados, simultaneamente, ele não só estrutura a ação social e lhe dá significado, como produz e reproduz – mas também modifica – aqueles contextos sociais nos quais surge, bem assim como os atores sociais e suas relações. (ROJO, 2004, p. 213).

Para Rojo (2004) isso nos faz levar a análise ao estudo da regulação da produção e da recepção do discurso dentro da situação comunicativa. Aqui o estudo objetiva selecionar os elementos lingüísticos ou discursivos (o registro, o dialeto social, o gênero) e os componentes comunicativos em função da situação comunicativa e de como esta se regula socialmente. Destaca-se também a análise das dinâmicas e da negociação conversacional que os falantes realizam e em que medidas eles produzem, reproduzem ou modificam este contexto.

Em relação ao *discurso como prática social* destaca-se a relação dialética existente entre as estruturas e as relações sociais que, ao mesmo tempo, dão forma ao discurso e são por ele influenciadas, consolidadas ou questionadas. “Trata-se, portanto, de uma prática

social, com origem e efeitos sociais, e com uma dimensão reprodutiva e outra construtiva” (ROJO, 2004, p. 215). A análise aqui deve atentar-se para a regulação social da produção, recepção e circulação dos discursos em função do contexto sociopolítico, o que significa considerar quais são as implicações sociais e políticas das ideologias e das representações dos acontecimentos e dos atores sociais que emanam do discurso.

Segundo Rojo (2004) essas três dimensões do discurso (prática textual, prática discursiva e prática social) não podem dissociar-se. Para essa autora:

Os elementos lingüísticos que aparecem em um discurso concreto, as palavras que o integram, o estilo ou o idioma a que pertencem, as vozes que neles são evocadas, tudo isso contribuirá para a realização de uma tarefa determinada, para atuar em sociedade e, ao mesmo tempo, para criar uma representação específica – e não qualquer outra – dos acontecimentos. E essa representação, por sua vez, reforçará ou questionará, fará com que se tornem naturais ou porá em questão certas visões dos acontecimentos e da ordem social e não quaisquer outras, certas ideologias e não outras, que poderão beneficiar ou prejudicar os interesses dos vários grupos, classes sociais e gêneros. (ROJO, 2004, p. 216)

Os objetivos da ACD se originam dessa concepção tridimensional do discurso. A partir da análise dos aspectos lingüísticos e do processo comunicativo busca-se saber como é realizada a construção discursiva dos acontecimentos, das relações sociais e do próprio sujeito. Ao mesmo tempo, procura-se revelar as implicações sociais desse processo de construção. (ROJO, 2004, p. 216).

CAPÍTULO 06

ANÁLISE DAS REPORTAGENS

6.1) Reportagens Seleccionadas

Neste trabalho serão analisadas reportagens da revista *Veja* que trataram de assuntos relacionados ao espaço agrário brasileiro e que foram matérias de capa na revista. Devido à natureza desse trabalho – uma monografia, e a exigüidade de tempo para o desenvolvimento desta pesquisa (um semestre), não seria possível fazer uma análise de todas as edições da revista (23 edições semanais e duas edições especiais), o que nos exigiu um recorte temporal.

Sendo assim, seleccionamos todas as revistas editadas a partir da década de 1990, exceto as edições especiais. Justifica-se tal recorte por ser este um período de redefinição da questão agrária brasileira em função de um conjunto de transformações sócioespaciais no campo brasileiro. Nesta década, ocorreu a intensificação dos conflitos por terra e a territorialização dos movimentos sociais de luta por Reforma Agrária, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (FERNANDES, 2000). Para além de questões especificamente agrárias, ocorreram transformações importantes na sociedade, como a consolidação do meio técnico-científico-informacional no campo (SANTOS; SILVEIRA, 2004, SANTOS, 2006). O período também é marcado pela expansão do uso de biotecnologias, como continuidade do processo de modernização da agricultura.

A coleta de algumas reportagens foi feita pela internet, em acessos constantes ao site da revista (<http://www.veja.com.br>) no período de 20 de agosto a 25 de outubro de 2007, outras foram utilizadas do arquivo pessoal da autora. Todas as reportagens encontram-se em anexo.

6.2) A Análise

Para fazer a Análise Crítica do Discurso das reportagens seleccionadas tomamos como base a técnica e as ferramentas sugeridas por Rojo (2004), que dizem respeito a estratégias de referência e nomeação e a estratégias predicativas.

As análises das reportagens seleccionadas foram feitas procurando identificar a utilização de algumas dessas estratégias nos textos, como forma de legitimar um discurso hegemônico sobre o espaço agrário brasileiro. Cada estratégia identificada foi exemplificada com trechos extraídos das reportagens.

1) Estratégias de referência e nomeação

Esta estratégia está relacionada ao sentido conotativo presente nos nomes utilizados para se referir a uma pessoa ou grupo de pessoas. Examinando os discursos produzidos no parlamento e nos meios de comunicação espanhóis sobre a imigração, Rojo (2004) observou que deles emana uma “linha de demarcação” que separa o “nós” (o grupo de dentro, ou seja, os espanhóis) de “eles” (o grupo de fora, ou seja, as pessoas que saíram de outros países para morar na Espanha). Neste estudo, ela observou que alguns termos (“imigrante”, “estrangeiro”) contribuem para separar o “nós” de “eles” e outros (“pessoa”, “cidadão”) que servem para fazer uma aproximação entre esses grupos.

Ao analisarmos as reportagens da revista *Veja*, percebemos que entre os nomes que são designados os trabalhadores rurais brasileiros também decorre uma “linha de demarcação” que separa esses trabalhadores em dois grupos: os “sem” e os “com” terra.

Embora ambos estejam no campo com o mesmo propósito (mesmo que os meios que dispõem para tal sejam muito distintos um dos outros), trabalhar a lavoura, produzir alimentos, os termos que aparecem na revista para evocá-los possuem conotações amplamente distintas, que contribuem para separar os “sem” dos “com” terra.

Encontramos apenas um termo que poderia potencializar a percepção das semelhanças entre esses atores sociais, que é o caso do nome agricultor, mas como veremos, a forma como ele aparece nas reportagens da *Veja* também contribui para impor uma separação entre os “sem” e os “com” terra.

Ainda existem aqueles termos que nem aparecem nas reportagens da revista *Veja* para designar os trabalhadores rurais brasileiros, como é o caso dos nomes camponês e latifundiário.

Formas que separam

- O nome sem-terra – Esse é, sem dúvida, o termo que melhor expressa a fronteira, a separação e a diferença entre os “sem” e os “com” terra, pois o próprio nome (“sem”) já traz explícito a principal característica que separa esses dois grupos: a posse ou não da terra.

O que percebemos analisando o discurso presente em *Veja* é que o termo “sem-terra” aparece nas reportagens da *Veja* quase sempre associado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST):

Chove sem parar na madrugada de domingo 2 de março, quando 1 200 famílias de sem-terra invadem a fazenda Pastorisa, um colosso de 10 000 hectares no Pará, perto da fronteira com o Maranhão. A decisão de ocupar a terra foi tomada às 6 horas da tarde de sábado, numa assembléia, a 6 quilômetros da fazenda. [...] Em plena Amazônia, uma multidão com as roupas encardidas, rasgadas, ensopadas, ergue suas foices e enxadas. Dá gritos de guerra. Hasteia a bandeira vermelha do MST. (16/04/95, p. 36).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra concretizou na semana passada sua ação mais espetacular desde que foi criado, há quinze anos. Numa operação relâmpago e inédita, cerca de 5 000 sem terra ocuparam prédios públicos em catorze capitais. Outros 25 000 realizaram invasões pelo interior e passeatas. (10/05/00, p. 01).

Outra coisa que observamos sobre a utilização do termo “sem-terra” é que ele sempre é utilizado para referir-se a trabalhadores sem meios econômicos e provenientes dos grandes centros urbanos. O agricultor sem-terra do MST, portanto, o camponês, o pequeno agricultor, o trabalhador rural espoliado é representante de um Brasil arcaico, atrasado e pobre:

Dai surge a massa de sem-terra, formada tanto por quem perdeu seu espaço para plantar como pela multidão de excluídos, desempregados ou biscateiros da periferia das grandes cidades, que são, de uma forma ou de outra, gente também ligada à questão da terra. (24/04/96, p.40).

O sem-terra padrão que se alista nas fileiras do MST é uma pessoa sem perspectiva profissional alguma e sem nenhum instinto missionário. Entre os 1 000 manifestantes que na semana passada protestaram nas ruas de Salvador, a maioria é gente que vive de bicos nos centros urbanos. (10/05/00, p. 08).

Representante de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo, os sem-terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a policia. Já morreram e mataram nesses conflitos. (16/04/97, p.34).

- O nome militante – como os “sem” terra aparecem nas reportagens da Veja sempre associados ao MST, algumas vezes identificamos o termo militante sendo usado para designar esse grupo:

Na semana passada, os militantes do MST fizeram saques em Pernambuco, invadiram delegacia de polícia na Bahia e ocuparam agências bancárias no Paraná (...). (03/06/98, p.42).

A REAÇÃO AO MASSACRE. Militantes com espingardas em Eldorado dos Carajás, onde os sem-terra foram massacrados em 1996. (18/06/03, p. 78).

- O nome proprietário – Esse termo, assim como o nome “sem-terra”, também deixa clara a fronteira, a separação e a diferença entre os “sem” e os “com” terra, porque também indica a posse da terra. Além dessa separação, o termo indica uma outra, dentro do próprio grupo dos “com”, aquela entre os donos de pequenas extensões de terra e os donos de

grandes extensões, pois, em geral, o nome proprietário aparece nas reportagens da Veja acompanhado do adjetivo “grande” ou “pequeno”:

Uma lista dos maiores devedores inadimplentes na carteira de crédito rural do Banco do Brasil, obtida pelo deputado José Fritsch, do PT catarinense, mostra que, ao estrilar contra as dívidas no campo, os parlamentares e líderes ruralistas nem sempre estão defendendo seus milhões de eleitores produtores rurais – mas sim um punhadinho de grandes proprietários. (17/05/95, p.31)

Sem recursos nem tecnologia, um belo punhado de pequenos proprietários rurais, contudo, sobrevive numa economia de subsistência, colhendo pouco mais do que o necessário para que a família não morra de inanição. (16/04/97, p.37).

- O nome fazendeiro – Essa é a forma de designação que mais aparece nas reportagens da Veja ao fazer referência aos “com” terra. O termo é utilizado para designar todos aqueles que são proprietários de grandes extensões de terra na Brasil e para referir-se a trabalhadores com grande fortuna, que fizeram dinheiro investindo na agricultura brasileira:

Gomes de Lima é um personagem exemplar de um clube muito poderoso, mas pouco conhecido no mundo dos ruralistas. São os grandes fazendeiros, milionários do campo habituados a tomar dinheiro barato do crédito rural do Banco do Brasil e a não pagar o que devem [...]. Mas eles impressionam pelas dimensões de suas fazendas, seu confortável estilo de vida e, principalmente, pelo tamanho dos débitos pendurados no banco. (17/05/95, p.30).

Há uma preferência em retratar o fazendeiro, sobretudo o grande fazendeiro, como um “empreendedor”, termo corrente hoje em dia para designar um empresário bem sucedido, inclusive no campo. Ao representar o fazendeiro dessa forma sugere que é um indivíduo com perfil empresarial e, portanto, capaz de dinamizar o campo, de trabalhar a terra como uma “fábrica”, uma “empresa”, em oposição à economia natural da pequena produção camponesa/familiar. Além disso, esses “empresários do campo” são capazes de serem competitivos e a competição é a base da inovação, do processo de revolução dos meios de produção e das formas de se produzir:

O Brasil atingiu o atual grau de excelência porque, além de investir pesadamente em tecnologia, conta com fazendeiros que administram suas propriedades como se fossem empresas. Os produtores voltados ao mercado externo estão conectados, muito de forma simultânea, com o resto do Brasil e do mundo. (29/09/2004, p.94).

Um número crescente de empresários do campo examina suas lavouras palmo a palmo, digita informações sobre as condições das plantas e do solo num computador e, com a ajuda de um aparelho de GPS, que dá as coordenadas de latitude e longitude via satélite, registra o local exato. [...] Se o agricultor comete algum erro que afete a produção, corre o risco de perder o equivalente a um laptop a cada 10 000 metros quadrados (29/09/2004, p.95).

- O nome ruralista – Esse termo apareceu com muita frequência nas reportagens da década de 1990, principalmente na edição publicada no dia 17 de maio de 1995. O termo faz alusão à bancada ruralista do Congresso Nacional, formada por parlamentares que se mobilizam para defender os interesses dos proprietários de terra, encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados aliados para fazer pressão sobre o Congresso e o Governo. Dessa forma, a utilização do termo indica que os “com” terra têm certa representatividade política, o que faz com que eles se identifiquem também enquanto um grupo, cujos interesses são compartilhados por todos. Assim como o termo “fazendeiro”, o nome “ruralista” aparece também para designar os proprietários de grandes extensões de terra no Brasil e que possuem grandes investimentos rurais, os quais sofrem influência direta de decisões políticas:

A entrada de Mardegan no mundo dos ruralistas tem uma história curiosa. [...] Seu patrimônio é estimado em 5 milhões de reais. (17/05/1995, p.32).

Ameaçado de levar prejuízo com os ruralistas, o Banco do Brasil trata de cobrar dívidas em outras frentes. (17/05/1995, p.34).

O termo aparece diretamente associado aos deputados ruralistas:

Para os ruralistas inadimplentes, qualquer impasse com o governo é uma boa oportunidade de obter vantagens. É nessa hora que eles acionam sua poderosa bancada no Congresso, fazem muito barulho, choram e não pagam. (17/05/1995, p.35).

A derrubada do veto presidencial [...], é apenas mais um dos muitos presentes recebidos pelos ruralistas nos últimos anos. (17/05/1995, p.35).

- O nome produtor – Este termo também aparece quase sempre para designar aquelas pessoas que são proprietários de terra na Brasil e, na grande maioria das vezes, para referir-se a pessoas de grande fortuna, que fizeram dinheiro investindo na agricultura brasileira, e que são os principais responsáveis pela produção no campo hoje:

A maior parte dos produtores tem uma ou mais fazendas num raio de 50 quilômetros e mantêm um escritório no centro da cidade. (29/09/04, p. 93).

Os protagonistas do boom agrícola do Centro-Oeste nos últimos anos são produtores que estão na faixa entre 40 e 50 anos. (29/09/04, p.94).

O termo “produtor” também tem um forte poder distintivo, uma vez que designa o homem no comando da grande lavoura. A palavra está associada ao “produtivismo”, sinônimo de elevada produtividade do trabalho e da terra – graças à técnica, ou seja, máquinas, implementos, sementes melhoradas, insumos químicos – de maneira que o pequeno agricultor, com menos terras, menos técnica, etc, não é visto como um produtor ou o principal responsável pela produção nacional.

Formas que unem

- O nome agricultor – Este termo até aproxima os “sem” dos “com” terra, afinal ambos tem um mesmo propósito que é o de cultivar a terra. Isso aparece no discurso presente nas reportagens da Veja. No entanto, quando o termo é usado para designar aqueles que pertencem ao grupo dos “com” terra, ele aparece com o mesmo sentido atribuído aos termos “proprietário”, “fazendeiro” e “ruralista”; quando é utilizado para fazer referência ao grupo dos “sem”, aparece o agricultor atrasado, arcaico e pobre. O discurso do “fazendeiro empreendedor” aparece novamente. O trabalhador sem-terra é visto como alguém inapto dentro desse modelo agrícola capitalista e empresarial. Ele é visto como alguém que não é capaz de dinamizar o campo, de se adaptar à racionalidade técnica. O camponês representa o atrasado, o velho campo brasileiro; ele não pertence à vanguarda da modernização do campo:

Os agricultores e pecuaristas vão embolsar neste ano uma renda de quase 60 bilhões de reais. Nunca ganharam tanto. Nas últimas duas décadas, a renda dessa gente triplicou. (19/05/99, p. 04).

Os agricultores brasileiros são os mais competitivos na produção de açúcar, soja, algodão e laranja. (29/09/04, p. 91).

Conforme uma pesquisa feita por Veja nos acampamentos, as fileiras do MST são formadas, numa maioria de 60%, por agricultores arruinados, mas também por trabalhadores sem perspectiva, servidores desiludidos. (16/04/97, p.35).

Formas que não aparecem

- O nome camponês – Este termo foi identificado apenas uma vez nos textos das reportagens da revista Veja para designar os trabalhadores rurais brasileiros. Sua supressão pode estar relacionada ao fato de que o pequeno produtor, o agricultor familiar não está representado nas reportagens da revista Veja. Em oposição ao fazendeiro, grande

empresário rural, responsável pela dinamização do campo e pela riqueza do agronegócio, aparece o agricultor pobre, atrasado, arc

aico que constitui a “massa” de “sem-terra” que se aglutina em torno de um movimento social, o MST.

- O nome latifundiário – O nome latifundiário, por sua vez, só apareceu numa reportagem da Veja que tratava do caso do empreiteiro Cecílio do Rego Almeida, que adquiriu uma propriedade de 4 milhões de hectares no Pará, passando a ser o maior proprietário de terras do Brasil:

Como não se tem notícia de propriedade tão gigantesca em outro país, é possível que Cecílio do Rego Almeida se tenha tornado um fenômeno mundial: o maior latifundiário do planeta. (13/01/99, p. 01).

Apesar do proprietário de grande extensão de terra ser muito bem representado nas reportagens da revista Veja o termo latifundiário nunca aparece para evocá-lo. Essa exclusão do nome latifundiário não é difícil de entender, uma vez que o termo carrega com si um sentido negativo, pois na maioria das vezes é utilizado nos discursos para se referir a proprietários de grandes extensões de terra, geralmente pouco produtivas.

Como nas reportagens da revista Veja todos aqueles que são proprietários de grandes extensões de terra na Brasil estão representados pelo fazendeiro empreendedor, “moderno”, responsável pela riqueza gerada atualmente no campo brasileiro, o uso do termo latifundiário para designar essas pessoas poderia gerar uma imagem negativa delas, o que nos explica a supressão do termo nas reportagens da Veja. Além disso, essa supressão do termo pode estar relacionada à tentativa de opor as novas lavouras modernas ao antigo latifúndio: atrasado tecnicamente, disfuncional socialmente e de baixa produtividade. A intenção é reforçar a idéia que as grandes fazendas não são mais improdutivas, mas, ao contrário, altamente produtivas, modernas, dinâmicas e competitivas.

Como vimos encontramos no discurso difundido pela revista Veja uma nítida “linha de demarcação” entre os trabalhadores rurais brasileiros: de um lado estão os “sem” terra do MST, portanto, o pequeno agricultor, o trabalhador rural espoliado, representantes de um Brasil arcaico a atrasado; já o Brasil moderno é representado pelo fazendeiro, o produtor, o empreendedor rural da grande lavoura de exportação, da mecanização da agricultura e da grande produtividade – os “com” terra.

2) Estratégias predicativas

Esta estratégia está relacionada à atribuição estereotipada e valorativa de traços positivos e negativos, através da imputação de atributos (adjetivos) e de ações (descrição das ações e atribuição de papéis semânticos). Esta estratégia pode ser dividida em: A) Co-aparições textuais; e B) Representação dos atores sociais através de suas ações.

A) Co-aparições textuais – diz respeito aos termos que, com maior frequência, acompanham os atores sociais e que nos permite ir configurando, com maior nitidez, qual é a representação dominante desses grupos.

Lugar de origem

Analisando as reportagens da revista *Veja* não percebemos nenhuma referência aos grupos dos “sem” e dos “com” relacionada à sua origem geográfica. O que identificamos é que, muitas vezes, o que se enfatiza é o fato de que os trabalhadores que pertencem ao grupo dos “sem” são formados numa grande maioria por pessoas provenientes dos grandes centros urbanos:

O que a cidade lhes oferece é desesperança, desagregação familiar, empregos humilhantes ou desemprego. A alternativa buscada por quem foi parar num acampamento é outra – um pedaço de terra que lhe garanta o sustento. (16/04/1997, p. 35).

O sem-terra padrão que se alista nas fileiras do MST é uma pessoa sem perspectiva profissional alguma e sem nenhum instinto missionário. Entre os 1 000 manifestantes que na semana passada protestaram nas ruas de Salvador, a maioria é gente que vive de bicos nos centros urbanos. (10/05/00, p. 08).

Eis mais uma tentativa clara de obscurecimento e desqualificação do MST. A participação de trabalhadores de origem urbana no movimento é recente e vem dos anos 1990 para cá. Inicialmente, a formação do MST se deu nas mãos de posseiros e ex-arrendatários. Em seguida, se deu uma maior adesão de trabalhadores rurais assalariados. A formação do movimento partiu dos próprios sujeitos explorados no campo (FERNANDES, 2000).

Situação policial e jurídica

Nas pesquisas que desenvolveu sobre o discurso presente na imprensa e no parlamento espanhol sobre a imigração, Rojo percebeu que, em consonância com o tratamento da imigração como sendo um “problema” policial-judicial, as pessoas que ainda

não haviam regularizado a sua situação eram vistas como ilegais. A crítica ao uso do termo ilegal está relacionada ao deslocamento semântico que o termo envolve, pois só as ações podem ser “ilegais” e não as pessoas. Além disso, o termo contribui para a criminalização do atores sociais.

Em nossa pesquisa queremos chamar atenção para os termos invasão e ocupação. Como vimos o grupo dos “sem” terra aparece nas reportagens da Veja sempre associado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nessas reportagens a ação do MST de montar acampamento aparece sempre como um ato criminoso, o que se costuma chamar de invasão. O uso desse termo contribui para criminalizar o movimento e acaba encobrindo o sentido de manifestação que tem a ação:

Representantes de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo, os sem-terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia. (16/04/97, p. 34).

Começou pedindo terra em 1984, passou a pedir crédito agrícola dois anos depois, reuniu 40 000 numa marcha a Brasília no ano passado e agora promove invasões e saques porque, no fundo, o MST quer muito mais do que se pensa. (03/06/98, p. 43).

O termo “ocupação”, por outro lado, aparece nos textos com menor frequência. Além disso, na maioria das vezes as orações em que aparece o termo “ocupação” são seguidas de orações em que já aparece o termo “invasão”. Assim, a palavra “ocupação” assume o mesmo sentido da palavra “invasão”, quando aquele poderia assumir um outro sentido, pois se é uma ocupação ela não é, necessariamente, ilegal:

Chove sem parar na madrugada de domingo 2 de março, quando 1 2000 famílias de sem-terra invadem a fazenda Pastorisa, um colosso de 10 000 hectares no Pará, perto da fronteira com o maranhão. A decisão de ocupar a terra foi tomada às 6 horas da tarde do sábado, numa assembléia, a 6 quilômetros da fazenda. Não é longa, mas na floresta amazônica, onde qualquer passeio tem ares de odisséia, a invasão se assemelha à tomada das Termópilas. (16/04/97, p. 36).

O governo já fez várias ameaças na tentativa de conter as invasões de terra, mas na hora H, nem sempre cumpre a palavra. Tanto que as invasões seguem a ao sabor do que os sem terra querem fazer – sobem numa região, descem em outra e assim por diante. Em março, aconteceu o auge das invasões no Nordeste e no Sul. No Sudeste, o pico foi em abril. Entre as 29 250 famílias que ocuparam 155 fazendas em todo o país nos primeiros quatro meses deste ano, 70% levavam a bandeira vermelha do MST. (03/06/98, p. 48).

Um termo que poderia ser utilizado como uma alternativa ao uso das palavras “invasão” e “ocupação” é a expressão “montar acampamento”, pois não faz alusão àquilo que é ilegal. No entanto ela só apareceu duas vezes (num mesmo parágrafo) nos textos das reportagens da Veja:

Na noite de segunda-feira da semana passada, sete dias e 40 quilômetros após a partida, os sem-terra resolveram montar acampamento no local que, 48 horas depois, seria o cenário da tragédia. [...] Saíram do asfalto e montaram acampamento fora da estrada. (24/04/96, p. 37).

Uma estratégia de despolitizar o debate e desqualificar o MST é acusando o movimento de ilegal e criminoso, uma vez que “desrespeita o direito à propriedade”. A imprensa em geral, e a Veja em particular, apresenta o conflito gerado pelas ocupações como sendo o problema central, obscurecendo assim a natureza do conflito e suas causas. Fazem isso e não colocam no centro do debate o problema da terra, da concentração fundiária e das formas de exploração do trabalho no campo (OLIVEIRA, 2003; FERNANDES, 2007).

Quantificação

Esta estratégia pode ser utilizada no discurso com a tendência à despersonalização e à abstração dos atores e dos fenômenos sociais. Assim, podemos encontrar desde quantificações genéricas até aquelas ambíguas e hiperbólicas. Esse recurso serve também para homogeneizar um coletivo onde, da atitude de uma pessoa em particular, costuma-se extrair uma conclusão que é generalizada para todos os representantes do grupo.

A quantificação é uma estratégia muito comum nas reportagens da Veja. Em relação ao “sem” terra encontramos freqüentemente uma quantificação hiperbólica que produz um efeito de multidão:

Criado em 1984, entre agricultores do Rio Grande do Sul, o MST virou um fenômeno – político e social. [...] Entre seus 100 000 seguidores, há de tudo: desempregados, analfabetos, agricultores arruinados, comerciários sem eira nem beira, gente que foi bóia-fria ou veio de favelas nas grandes cidades. Formam a massa que a esquerda tradicional sempre julgou ser impossível organizar e conduzir (...). (03/06/98, p.42).

Como no exemplo acima, é comum aparecer o termo massa, que faz alusão àquilo que é numeroso, volumoso, fortalecendo ainda mais o efeito de multidão:

Daí surge a massa de sem-terra, formada tanto por quem perdeu seu espaço para plantar como pela multidão de excluídos, desempregados ou biscateiros da periferia das grandes cidades, que são, de uma forma ou de outra, gente também ligada à questão da terra. (24/04/96, p.40).

De modo geral, trata-se de uma massa de desvalidos cujas mãos são calejadas e os dentes estragados. (16/04/97, p. 39).

O próprio termo multidão aparece algumas vezes nos textos:

Apesar de não ocupar atualmente nenhum cargo na hierarquia nacional do MST, Rainha continua sendo o líder dos sem-terra com a maior capacidade de atrair seguidores em todo o Brasil. Ele adota uma linha política mais radical que outras lideranças do movimento. Suas táticas também são mais agressivas. No momento está tentando atrair as multidões de deserdados para criar o que ele chama de uma “nova Canudos”. (18/06/03, p. 72).

Como trabalham em prol de multidões de pobres, os líderes desses movimentos parecem acreditar que estão acima da lei. (18/06/03, p.78).

Essa forma de quantificação exagerada e o uso dos termos “massa” e “multidão”, enfatizando o sentido de numeroso cria uma representação do MST como algo difícil de por em ordem e conduzir. Ainda, a quantificação (numeralização) cria uma tendência à despersonalização, pois trata-se de indivíduos anônimos. Além disso, realça um poder aglutinador do movimento, como se entre os participantes do movimento inexistisse uma consciência de luta e uma identidade de classe.

Vários autores, portanto, que escrevem sobre movimentos sociais – e sobre o MST em particular – afirmam que a identidade é construída pela práxis, ou seja, durante a luta. A formação da identidade não precede a luta; pelo contrário, o cotidiano da luta é que forma a identidade sem-terra (GOHN, 2003; FERNANDES, 2007; ALENTEJANO, 2007). A própria formação do MST se deu nas mãos de posseiros e ex-arrendatários, ou seja, o movimento partiu dos próprios sujeitos explorados no campo, possuindo, assim, certa identidade de grupo (FERNANDES, 2000, 2007).

Uma quantificação hiperbólica também é encontrada nas reportagens da Veja em relação aos números que dizem respeito aos projetos de reforma agrária implantados no Brasil:

Rainha prefere ignorar dados. Embora seus resultados econômicos tenham sido desastrosos em boa parte do país, a verdade é que a reforma agrária feita por Fernando Henrique Cardoso em seus oito anos de administração foi o mais ambicioso plano de distribuição de terra já tentado por um governo democrático. O governo FHC retalhou 18 milhões de hectares, uma área maior que o Uruguai, e neles assentou 525 000 famílias. Quase 2 milhões de brasileiros receberam terras do governo entre 1995 e 2002. (18/06/03, p.78).

A comparação dos 18 milhões de hectares com a extensão territorial do Uruguai enfatiza ainda mais a quantificação exagerada que os números apresentam, criando uma imagem de que muita coisa foi feita em relação à distribuição de terras no Brasil. No entanto, apesar de a área distribuída ser equivalente ao território do Uruguai, da área total dos imóveis cadastrados no INCRA, 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupam apenas 6 %

dessa área, enquanto que 70 mil imóveis (1,7%) ocupam uma área superior a 183 milhões de hectares (43,8%) (OLIVEIRA, 2003). Isso quer dizer que a estrutura fundiária brasileira ainda mantém muitos com pouca terra e poucos com muita terra.

O que percebemos em relação ao uso da quantificação e da numeração, ainda, é que essas estratégias são muito comuns nas reportagens da revista *Veja* e que podemos encontrar um amontoado de números e estatísticas tentando justificar a superioridade do agronegócio brasileiro. Não é raro também aparecer ao longo das reportagens da *Veja* inúmeras tabelas e gráficos apresentando os números relacionados à agricultura brasileira sempre enfatizando a importância do agronegócio, como pode ser visto na edição de 19 de maio de 1999 (Anexo 09):

O Brasil rural possui uma presença significativa no comércio internacional. É o segundo maior exportador mundial de soja, segundo na produção de carne e o primeiro nas culturas de cana-de-açúcar e café. Considerados em bloco, os produtos de origem agropecuária representam 27% das exportações e vão gerar neste ano um superávit comercial superior a 20 bilhões de dólares. (14/05/03, p.45).

Em 1990 e 2002, o PIB agropecuário cresceu numa média de 3,20%, enquanto a economia como um todo ficou em 2,70%. Nos últimos cinco anos, o ritmo de crescimento do setor foi quase o dobro do registrado pelo país. Os agricultores brasileiros são os mais competitivos na produção de açúcar, soja, algodão e laranja. O país já é o maior exportador de carne bovina e de frango. Junto, o agronegócio representa cerca de 35% da economia brasileira. (29/11/04, p.91).

Segundos dados do IBGE referente ao último censo agropecuário (1995/96) as pequenas unidades são responsáveis pela grande maioria dos produtos do campo. Elas produzem mais em volume de produção (OLIVEIRA, 2003). Os dados da EMBRAPA (2006) nos mostram que a produção familiar – aquela destinada à reprodução social e econômica das famílias de agricultores – responde por 60% da produção de alimentos no país. Aqui está clara a tentativa de superestimar a importância das grandes lavouras mecanizadas.

O capitalismo só se desenvolveu graças ao comércio internacional, produto e condição da divisão internacional do trabalho. Dessa forma, o mercado mundial vai sendo a meta e o limite do agronegócio. Cria-se no Brasil uma nova burguesia internacionalizada.

Assim, o Brasil do campo moderno, vai transformando a agricultura em algo regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. O agronegócio representa exportação para o mundo. No entanto, ao mesmo tempo em que o país exporta determinados produtos é obrigado a importar outros. Em 2003, enquanto o país exportava produtos florestais, carnes, o complexo soja, café, açúcar, álcool, sucos de fruta, trigo, etc. ele teve que

importar arroz, algodão, milho e trigo, além de soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país (OLIVEIRA, 2003).

Vale ressaltar, ainda, que esses dados e estatísticas só revelam um lado da modernização do campo brasileiro. No discurso presente na revista *Veja* não estão presentes os números que indicam o aumento do desemprego no campo, o inchaço das cidades provocado pelo êxodo rural, o crescimento dos problemas ambientais, índices que revelam o outro lado da industrialização do espaço agrário brasileiro. São números que encobrem verdades, pois, por exemplo, não revelam que são as pequenas unidades que mais produzem por volume da produção, mais geram renda no campo e que mais geram empregos no campo (OLIVEIRA, 2003).

As posições expressivas na pauta de exportações de produtos de origem agropecuária representam também uma justificativa para as afirmativas de que não há sentido distribuir terras através de uma política de reforma agrária, pois a repartição da terra poderia desestabilizar este setor competitivo do campo e deixar o país vulnerável em sua política de exportação.

B) Representação dos atores sociais através de suas ações – a atribuição de determinadas ações e a descrição que delas se faz podem contribuir para criar uma imagem negativa ou positiva dos atores e dos fenômenos sociais. Com relação à agência, se o processo consiste em uma ação realizada por um participante e que afeta outro participante, aquele que realiza deliberadamente a ação e, por tanto, é responsável por ela, é o agente, e o outro participante que é afetado ou modificado pela ação é o paciente. Quando falamos, podemos ressaltar a responsabilidade de um participante pela ação ou, ao contrário, atenuar, ou até mesmo ignorar essa responsabilidade. A questão tem relevância especial na construção discursiva da imagem, já que as ações podem ser consideradas socialmente negativas (“matar”, “roubar”) ou positivas (“trabalhar”, “integrar”). Assim, se no caso de se tratar de uma ação considerada negativa, indicamos com clareza quem é o agente dessa ação, isso repercutirá negativamente sobre a imagem que se tem desse participante enquanto que, se atenuarmos essa responsabilidade ou a eliminarmos por completo, a imagem desse participante não se ressentirá da mesma maneira.

Processos avaliados positiva ou negativamente

Grupo dos “sem” terra: MST

A análise das reportagens da revista *Veja* nos mostrou que, na totalidade das vezes, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é apresentado como agente de processos avaliados negativamente, de ações violentas e reprováveis, que o criminaliza.

Além dos termos “invasão” e “ocupação”, já comentadas anteriormente, encontramos várias expressões que contribuem para criar uma imagem negativa do MST como um movimento violento e agressivo e que, por sua vez, o faz principal responsável pelas ações repressivas que se fazem necessárias para conter o movimento:

O MST usa armas e tem uma tradição de enfrentar a polícia. (24/04/96, p.38).

Representante de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo, os sem-terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia. Já morreram e mataram nesses conflitos. (16/04/97, p.34).

Tal era o empenho do MST em enfatizar suas reivindicações que seus integrantes não hesitaram em violar o Código Penal em vários artigos. Invadiram repartições públicas, impedindo-as de funcionar. Mantiveram servidores do Estado em cárcere privado. Danificaram bens públicos e propriedades particulares. E tudo isso sem a menor sensação de que cometiam crimes. Como considera ilegítimo o Estado, o MST desconsidera suas leis. (10/05/00, p. 04).

Mais uma vez o conflito e a violação da Lei são colocados no centro da discussão, apresentados como o problema em si e cuja solução é “simples”: punição para aqueles que desrespeitam a Lei. O problema disso tudo é que as reportagens encobrem a natureza do conflito, os problemas fundiários, e não oferecem espaço para o MST se justificar e apresentar a sua versão dos fatos; exhibe-se o problema por um lado apenas, o que nos faz lembrar o Movimento Luddita que surgiu na Inglaterra durante a Revolução Industrial. O grupo promovia a quebra de máquinas nas fábricas como forma de protesto às condições de trabalhos que os operários eram submetidos. O movimento era representado como violento e ilegal, desviando o debate do problema central que culminou na organização dos operários devido às longas jornadas de trabalho, aos baixos salários e a inexistência de Leis trabalhistas.

Enquanto é destacada a vinculação do MST com a violência e o desrespeito à lei, não se menciona as condições precárias de vida, marginalização e exploração que vive esses brasileiros, que vêm na luta pela posse da terra uma possibilidade de se livrarem da condição de miseráveis que ocupam na sociedade hoje.

Além disso, os “sem” terra aparecem como agentes de ações que representam ameaças ao desenvolvimento econômico do país, como a luta pela reforma agrária:

Querem uma reforma agrária que está vindo tarde, já não tem sentido na ordem econômica, é anacrônica e ineficaz.

Criado em 1984, entre agricultores do Rio Grande do Sul, o MST virou um fenômeno – político e social. Sua principal bandeira, a reforma agrária, é um assunto do século passado, fora de moda, embora ainda insepulto no Brasil dos latifúndios. (03/06/98, p.42).

Esse discurso assumido pela revista *Veja* apresenta o MST como uma dupla ameaça: 1) à sociedade civil como um todo, devido a seus atos de violência, o que justifica a repressão do Estado; 2) ao grupo dos “com” terra, pois querem uma reforma agrária “anacrônica” e “ineficaz”, portanto, incompatível com o novo campo brasileiro: moderno, dinâmico, eficiente e competitivo.

Grupo dos “com” terra

Ao contrário dos “sem” terra, os produtores rurais que pertencem ao grupo dos “com” terra são apresentados como agentes de processos avaliados positivamente, por meio de ações que os apresentam como os únicos responsáveis pelo desenvolvimento do espaço agrário brasileiro. Encontramos várias expressões que contribuem para criar uma imagem positiva do grupo dos “com” terra como protagonistas de um rural brasileiro moderno e avançado:

O caubói brasileiro não está copiando apenas a roupa, a bota e o chapéu do Primeiro Mundo rural. Está imitando também o que ele tem de melhor em termos de tecnologia agrícola. A agricultura de precisão, aquela que conta com a ajuda até de satélite para melhorar a colheita, é um exemplo. Os agricultores conseguem produzir no interior de Minas Gerais e de Mato Grosso tanto quanto seus colegas americanos. (19/05/99, p.06).

O Brasil atingiu o atual grau de excelência porque, além de investir pesadamente em tecnologia, conta com fazendeiros que administram suas propriedades como se fossem empresas. Os produtores voltados ao mercado externo estão conectados, muitos de forma simultânea, com o resto do Brasil e do mundo. Trabalham com os olhos na tela do computador, seja para acompanhar os preços na Bolsa de Chicago, seja para planejar novas estratégias e investimentos. Não basta saber plantar e colher. Para ter lucro, é necessário ser bom em todas as etapas: na compra de insumos, na produção e na comercialização. (29/11/04, p.94).

Enquanto é ressaltada a vinculação dos “com” terra com o desenvolvimento tecnológico e o consequente aumento da produtividade no campo, encobre-se os problemas ambientais e sociais desse modelo de agricultura. A modernização da agricultura é apresentada como algo positivo, porque estaria tornando a economia brasileira mais competitiva no mercado mundial e isto é sinônimo de riqueza, de desenvolvimento para o país. O discurso de uma economia forte é uma economia competitiva e, para sermos

competitivos, temos que absorver mudanças, transformar a estrutura produtiva, superar o campo antigo, camponês, pelo campo novo, moderno.

Reforma agrária e desenvolvimento tecnológico

Analisando as reportagens da revista Veja em que aparece o tema da reforma agrária, identificamos o que talvez possamos considerar uma mudança de postura da revista em relação a esse assunto, cujo ponto de inflexão corresponda a meados da década de 1990.

O que nos levou a tal conclusão é a forma como o assunto é tratado em uma reportagem da revista publicada em 1996 (a mais antiga que estamos analisando que aborda este assunto) e como ele é tratado nas reportagens subsequentes.

Sabemos que uma afirmação mais categórica sobre esse ponto de inflexão só seria possível analisando as reportagens anteriores ao ano de 1996. No entanto, vale ressaltar que a forma como o assunto da reforma agrária aparece na edição da Veja de 24 de abril de 1996 é bem diferente da forma como o assunto aparece nas demais revistas analisadas neste trabalho.

Na reportagem de 1996, a reforma agrária é apresentada como um fenômeno avaliado positivamente: do ponto vista econômico, como uma possibilidade de aumentar a produtividade no campo, por meio da repartição da terra; do ponto de vista social, como uma possibilidade de diminuir a pobreza no Brasil, por meio da distribuição da terra:

“O problema agrário no país está na concentração de terra, uma das mais altas do mundo, e no latifúndio que nada produz”, afirma o professor José Vicente Tavares dos Santos, pró-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em comparação com os vizinhos latino-americanos, o Brasil é um campeão em concentração de terra. (24/04/96, p.41).

Na Europa, impera a pequena propriedade. No Japão, a reforma agrária foi promovida pelos americanos após a II Guerra e, na Coreia do Sul, para evitar a influência do regime comunista da Coreia do Norte. Exemplo de distribuição de renda e equilíbrio social, a anticomunista Taiwan fez a partilha da propriedade nos anos 50. Com pequenas variações, nesses países impera a propriedade familiar, aquela em que pais e filhos pegam na enxada de sol a sol e raramente usam assalariados. Sua produção é suficiente para o sustento da família e o que sobra, em geral, é vendido para uma grande empresa agrícola comprometida com a compra dos seus produtos. No Brasil, o que há de mais parecido com isso são os produtores de uva do Rio Grande do Sul, que vendem sua produção para as vinícolas do norte do Estado. Em Santa Catarina, os aviários são de pequenos proprietários. Têm o suficiente para sustentar a família e vendem sua produção para grandes empresas, como Perdigão e Sadia. As pequenas propriedades são tão produtivas que, no Brasil todo, 16% dos alimentos vêm dessa gente que possui até 10 hectares de terra. Dos donos de mais de 1 000 hectares, saem apenas 11% do que se come. Ou seja: eles produzem menos, embora tenham 100 vezes mais terra. (24/04/96, p.41).

Mesmo tendo menos de 3% da terra, são os pequenos proprietários que produzem cerca de 28% do feijão e das aves e 20% dos ovos e do arroz que se consomem no país. Ainda que não conseguissem produzir para o mercado, mas apenas o suficiente para seu sustento, já seria uma saída pelo menos para a miséria urbana. [...] Além disso, os assentamentos podem ser uma solução para a tremenda migração que existe no país. Qualquer fluxo migratório tem, por trás, um problema agrário. (24/04/96, p. 41-42).

Diferentemente da forma como é apresentada a reforma agrária nesta reportagem de 1996, nas edições posteriores a esta data encontramos várias expressões que contribuem para associar a repartição da terra como algo negativo ao desenvolvimento do campo. Do ponto de vista econômico não faz mais sentido falar em reforma agrária, pois não é a repartição da terra que vai garantir o aumento da produtividade no campo:

A reforma agrária saiu da agenda dos países a partir dos anos 70. Ou já tinha sido feita, com resultados variados, ou não era mais necessária como fator de desenvolvimento. “Até os anos 60, ela era fundamental para a modernização. Depois, a produtividade da agricultura moderna mostrou-se capaz de garantir o abastecimento sem outra evolução que a tecnológica”, analisa o professor Bastiaan Reydon, do Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp. “Como a própria agricultura perdeu importância na economia global, a reforma agrária reduziu-se a uma questão de justiça social”. Os teóricos do desenvolvimento, que também saíram de moda, agora mudaram de enfoque e temem que a fragmentação do solo agrícola em propriedades menores prejudique a escala da produção. (16/04/97, p. 54).

Pode haver aqui a intenção de justificar a integração da agricultura familiar ao mercado, o que já está acontecendo. Uma das formas de “conter” os conflitos é trazer o camponês para um espaço sobre o controle do capital: o mercado. Isto está vinculado ao novo paradigma do capitalismo agrário, que supõe que a questão agrária pode ser resolvida pelo mercado (FERNANDES, 2007).

No exemplo seguinte temos mais uma forma de tentar mostrar que é a grande propriedade que tem participação mais expressiva na produção agropecuária do país:

A cientista política Maria Hermínia Tavares da Almeida, da Universidade de São Paulo, analisou o texto *A Reforma Agrária Necessária*, uma das referências teóricas do MST. O texto traz uma proposta de reforma agrária e as medidas que o movimento considera fundamentais para a construção de uma nova sociedade. Na opinião da professora, os objetivos descritos no texto são absolutamente desejáveis: trabalho para todos, alimentação farta, justiça social, igualdade de direitos, entre outros. “É o reino dos céus na terra. Ninguém pode ser contra isso. O problema é a fórmula anacrônica que eles pregam para chegar aos objetivos”, afirma. Para Maria Hermínia, o MST defende um socialismo revolucionário fora de época, deslocado, inviável. “Falamos como se nada tivesse ocorrido no mundo nas últimas décadas. Fingem ignorar que esse modelo não deu certo em nenhum dos lugares em que foi implantado.” (03/06/98, p.48).

Alguns intelectuais chegam a afirmar que não faz sentido, dentro da lógica capitalista, distribuir terra por meio de uma política de Reforma Agrária, pois poderia

desestabilizar o setor competitivo do campo e deixar o Brasil vulnerável em sua política de exportação de grãos (OLIVEIRA, 2003, p.126).

Sendo assim, o avanço tecnológico aparece como único responsável pelo progresso do campo, pela modernização da agricultura, pelo desenvolvimento do espaço agrário brasileiro:

O moderno agronegócio brasileiro é justamente a feliz reunião da alta tecnologia, equipamentos de ponta e crédito farto. [...] Produzem, empregam, exportam e dão forma a uma nova civilização. (29/11/04, p.90).

Nas áreas em que se planta com técnicas modernas, a agricultura brasileira é altamente produtiva, quase tanto quanto a europeia ou a americana. (16/04/97, p.56).

São técnicas como essa que dobraram a produtividade do campo brasileiro nas últimas décadas. “Para que o Brasil se torne um dos maiores produtores mundiais não basta ocupar a área ociosa. É preciso empregar tecnologia”, diz André Pessoa, um dos maiores especialistas agrícolas do país e sócio da Agriconsult, consultoria especializada em agricultura. O uso intensivo da tecnologia no campo começou com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, nos anos 70. Foi o trabalho dos pesquisadores da Embrapa que permitiu que o Brasil dobrasse sua produção de milho e triplicasse a de soja nas duas últimas décadas. Seus técnicos criaram também variedades de porco com mais carne e menos gordura. As sementes modificadas em laboratório são a chave para o crescimento da agricultura no Primeiro Mundo. O campo brasileiro já chegou lá. (19/05/99, p.07).

Nos exemplos seguintes aparece mais uma forma clara de enaltecimento de um modelo: opor o produtor conectado às redes globais, bem instruído e familiarizado com as novas tecnologias, àquele “sujo”, “desdentado”, “analfabeto” que engrossa as fileiras do MST:

Diz Lúcia Lippi Oliveira, pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da fundação Getúlio Vargas: “O homem do campo era visto como um coitado porque tinha de ir a São Paulo e Rio de Janeiro para saber das coisas. Isso mudou. O sucesso do agronegócio fez com que o atrasado de ontem se tornasse o globalizado de hoje”. É verdade. O agricultor de soja perdido no interior de Mato Grosso está mais próximo do Primeiro Mundo, a cujas bolsas de mercadorias ele se liga instantaneamente por internet, do que a dona-de-casa que compra uma lata de óleo de soja na prateleira de um supermercado da capital. (29/11/04, p. 90).

Nas grandes plantações de cana, são usadas entre quinze e vinte variedades de planta para reduzir os riscos com doenças. Diz Sebastião Henrique Rodrigues Gomes, diretor da Usina Santa Elisa, de Sertãozinho, no nordeste do Estado de São Paulo: “O agronegócio se vale de uma tecnologia que faz inveja até aos americanos”. O Brasil é reconhecido como o país que desenvolveu o melhor pacote de tecnologias para regiões tropicais. “Com o fim dos subsídios, os produtores foram obrigados a buscar ganhos de produtividade, e foi isso que permitiu o salto dos últimos anos”, diz Marcos Jank, presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Ícone), de São Paulo. No agronegócio, o Brasil é respeitado e temido como uma grande potência. A civilização do campo, plugada na internet, remunerada

em dólar e umbilicalmente ligada ao mundo exterior, é a mais alvissareira mudança na topografia econômica brasileira em muitas décadas. (29/11/04, p.96).

A marcha dos Sem-Terra, depois de dois meses de andanças, chega a Brasília nesta quinta-feira. No passo de 20 quilômetros por dia, os 1 500 marchadores, que saíram de São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais, desfilarão pela Esplanada dos Ministérios. Na era do avião a jato, eles andam a pé. Quando a economia se globaliza, seu ideal é um pedaço de chão com cerca, uma vaca no pasto e uma roça atrás de casa. O mundo caminha no passo da informática e da alta tecnologia, e eles querem trabalhar a terra, enxada na mão. A moçadinha vai de rock, e o hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, canta uma pátria “operária e camponesa”. Representantes de um Brasil arcaico, descalço, dentes ruins, bicho-de-pé e pouco estudo, os sem-terra invadem propriedades, desrespeitam a lei e enfrentam a polícia. (16/04/97, p.34).

Este último exemplo sintetiza bem o que vimos mostrando no decorrer do trabalho: a figura do fazendeiro, do “empreendedor rural” da grande lavoura mecanizada e produtiva, protagonista de um rural moderno, dinâmico, eficiente e competitivo, aparece sempre em oposição a economia natural da pequena produção camponesa/familiar, representada pelos sem-terra do MST, pelo pequeno agricultor, pelo trabalhador rural espoliado, personagens de um rural arcaico e atrasado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos o discurso presente na revista *Veja* prioriza a agricultura industrializada consumidora de novas tecnologias. A modernização da agricultura é representada como algo positivo, porque estaria tornando a economia brasileira mais competitiva no mercado mundial, o que é sinônimo de riqueza e de desenvolvimento para o país. Por isso, o campo arcaico, tradicional e camponês deve ser superado pelo campo moderno e avançado, único modelo possível e desejável.

Esta visão de desenvolvimento agrário encontra-se fortemente enraizada no pensamento dualista, que interpretava a economia brasileira através da coexistência de setores “modernos” (ligados à indústria e às atividades urbanas) e setores “atrasados” (geralmente associados ao campo), base de uma definição de rural em oposição à cidade, sendo esta sinônimo de progresso e modernidade, *locus* privilegiado da produção de riqueza.

Desta forma, a agricultura camponesa/familiar, associada erroneamente à idéia de pobreza, representa um fator de estagnação, um obstáculo à modernização, que é entendida como o único processo capaz de deixar para trás o suposto atraso. O discurso é elaborado no sentido de afirmar que a generalização da lógica urbano-industrial no campo é a via única para a superação dos “desequilíbrios” entre o meio rural e o meio urbano.

Nesse sentido, o fazendeiro, aquele grande empresário rural, é apresentado como o principal responsável pela dinamização do campo, pois é capaz de trabalhar a terra como uma “fábrica”, uma “empresa”, baseada na gerência científica de inspiração taylorista, em oposição à economia natural da pequena produção camponesa/familiar.

O discurso legalista é uma estratégia recorrente na revista: o fazendeiro, produtor e empresário rural está de acordo com a Lei, a respeita, enquanto que o atrasado camponês do MST, na tentativa desesperada de não desaparecer com o rural “moderno”, está sempre envolvido com atos de violência e de transgressão da Lei.

Dessa forma, ao apresentar o conflito gerado pelas ocupações como sendo o problema central, a revista obscurece a natureza do conflito e suas causas. Faz isso e elimina do centro do debate o problema da terra, da concentração fundiária e das formas de exploração do trabalho no campo.

Vale ressaltar, portanto, o aspecto territorial do discurso presente em *Veja*. Durante muito tempo, o território, ou os espaços regionais, estavam no centro das práticas discursivas. Basta lembrar, por exemplo, o discurso da integração nacional dos militares

“Integrar para não entregar”. Hoje, com a globalização, com as redes globais (das quais fazem parte o agronegócio), prega-se um discurso cada vez mais “a-territorial”. O discurso hegemônico subtraiu o território e, dessa forma, despolitizou o debate, uma vez que o território é a dimensão política do espaço. A luta pela terra é uma disputa territorial, uma resistência contra a territorialização do capital no campo através da agroindústria.

A revista *Veja*, ao ocultar os problemas fundiários e a questão da concentração de terras, oculta também o território, porque a terra é um objeto de disputa, a razão pela qual os conflitos se tornam agudos. Além disso, ao obscurecer a permanência e a reprodução de práticas camponesas, negligencia sua importância na construção de uma diversidade territorial brasileira.

O papel do discurso encontra força aqui na capacidade de gerar representações específicas do espaço agrário brasileiro. O combate entre o rural moderno e o rural tradicional se torna, assim, um discurso sobre a realidade, um mito, na medida em que a revista *Veja* tenta a todo custo mostrar a superioridade da agricultura industrializada, acampada pelos agricultores empresariais modernos, e obscurecer a existência de qualquer outro tipo de agricultura que não se baseia no modelo de desenvolvimento dominante.

Esse discurso autorizado e legitimado se reflete no discurso cotidiano, sobre o qual, obviamente, exerce uma influência muito grande, convertendo-se, assim, em um discurso hegemônico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Movimentos sociais rurais e teoria geográfica. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (org.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 33-55.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma potência regional na economia-mundo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 8. ed. São Paulo: brasiliense, 1982.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Formação e territorialização do MST: 1979-2005. In: MARAFON, Gláucio José, RUA, João e RIBEIRO, Miguel Ângelo (Org). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GOHN, Maria da Gloria. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

INIGUEZ, Lupicínio. Os fundamentos da análise do discurso. In: INIGUEZ, Lupicínio (Coo.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 50-104.

_____. Prática da análise do discurso. In: INIGUEZ, Lupicínio (Cor.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 105-160.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**. Elementos para uma análise marxista. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: contexto, 1997.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, SP, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2003.

ROJO, Luisa Martín. A fronteira interior – Análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”. In: INIGUEZ, Lupicínio (Cor.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 206-257.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

VEJA E LEIA. **O grande duelo no mundo comunista**. São Paulo: Editora Abril, n. 01, set. 1968.

VEJA. **Os reis do calote rural**. São Paulo: Editora Abril, n. 20, maio 1995.

VEJA. **Eldorado dos Carajás, BRASIL 17 de abril de 1996**. São Paulo: Editora Abril, n. 17, abr. 1996.

VEJA. **A marcha dos radicais**. São Paulo: Editora Abril, n. 15, abr. 1997

VEJA. **A esquerda com raiva**. São Paulo: Editora Abril, n. 22, jun. 1998.

VEJA. **Assalto à Amazônia**. São Paulo: Editora Abril, n. ?, jan. 1999.

VEJA. **A força do interior**. São Paulo: Editora Abril, n. ?, maio 1999.

VEJA. **A tática da baderna**. São Paulo: Editora Abril, n. ?, maio 2000.

VEJA. **Maior do mundo**. São Paulo: Editora Abril, n. 19, maio 2003

VEJA. **A esquerda delirante**. São Paulo: Editora Abril, n. 36, jun. 2003.

VEJA. **Transgênicos**. O medo do novo. São Paulo: Editora Abril, n. 43, out. 2003.

VEJA. **O avanço da elite do campo.** São Paulo: Editora Abril, n. 39, set. 2004.

SITES CONSULTADOS

<<http://www.ipsos.com.br>> Acesso em: 06 de jun. 2007

<<http://vejaonline.abril.com.br>> Acesso em: 06 de jun, 2007.

<<http://www.abril.com.br>> Acesso em: 06 de set. 2007.